



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PAOLA GIULIA SPENILLO CALONIO

**MULHERES, CUIDADO E COZINHAS SOLIDÁRIAS:
RESSIGNIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS DOMÉSTICAS EM ÂMBITO
COLETIVO?**

Recife

2025

PAOLA GIULIA SPENILLO CALONIO

**MULHERES, CUIDADO E COZINHAS SOLIDÁRIAS:
RESSIGNIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS DOMÉSTICAS EM ÂMBITO
COLETIVO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Maria Grazia Cribari Cardoso.

Recife

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

C165m Calonio, Paola Giulia Spenillo.
Mulheres, cuidado e cozinhas solidárias:
ressignificações das práticas domésticas em âmbito
coletivo? / Paola Giulia Spenillo Calonio. – Recife,
2025.

88 f.; il.

Orientador(a): Maria Grazia Cribari Cardoso.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Sociais, Recife, BR-PE,
2025.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Cozinheiras . 2. Divisão do trabalho por sexo .
3. Cozinhas . 4. Mulheres chefes de família I.
Cardoso, Maria Grazia Cribari, orient. II. Título

CDD 300

PAOLA GIULIA SPENILLO CALONIO

**MULHERES, CUIDADO E COZINHAS SOLIDÁRIAS:
RESSIGNIFICAÇÕES DAS PRÁTICAS DOMÉSTICAS EM ÂMBITO
COLETIVO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Bacharelado em Ciências Sociais da
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovado em: 17/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Grazia Cribari Cardoso (Orientadora)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Roseana Borges de Medeiros (Examinador Interno)

Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que estiveram ao meu lado em cada momento dessa jornada. À minha mãe, agradeço por sua figura acolhedora, seus conselhos sábios e um colo aconchegante que só uma mãe pode proporcionar. Ao meu pai, agradeço por sua paciência, gentileza e por suas piadas (não tão) sem graça. Genuinamente acredito que presença e tempo são as duas coisas mais valiosas que se pode conceder a alguém, e vocês sempre se fizeram presentes em toda a minha caminhada, independentemente do momento, sempre me acolheram e guiaram.

Às minhas mais antigas amigas, Bia e Bea, que compartilham não só o mesmo nome, como também um lugar muito especial no meu coração.

Aos amigos que fiz ao longo desses quatro anos na graduação, que me acompanharam em todos os altos e baixos do percurso, tornando-o muito mais leve e descontraído. Sem vocês eu tenho a certeza de que não teria chegado até aqui. Espero de verdade levá-los comigo para a vida: Carla, Adriano, Hosana, Vitória, Henrique, Diego, Luiza, Bruno, Matheus, Emilly, Augusto, Abigail.

Agradeço à minha querida orientadora, a Prof.^a Grazia Cardoso, que investiu seu tempo, conhecimento e comprometimento durante o processo de construção deste trabalho.

Expresso também o meu agradecimento a todos os docentes do Departamento de Ciências Sociais, que me ensinaram tanto ao longo desses quatro anos e me permitiram enxergar o mundo com outras lentes, cada um à sua maneira. Sinto-me grata por poder levar um pouquinho do conhecimento de cada um comigo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao corpo administrativo do DECISO, em especial à Cris, que com seu carisma e gentileza inconfundíveis sempre me auxiliou em tudo o que precisei.

Cozinhar é o mais privado e arriscado ato. No alimento se coloca ternura ou ódio. Na panela se verte tempero ou veneno. Quem assegurava a pureza da peneira e do pilão? Como podia eu deixar essa tarefa tão íntima, ficar em mão anônima? Nem pensar, nunca tal se viu. Sujeitar-se a um cozinheiro de que nem o rosto se conhece. - Cozinhar não é serviço, meu neto - disse ela. - Cozinhar é um modo de amar os outros.” (Mia Couto, 2016).

RESUMO

O chavão popular "lugar de mulher é na cozinha" reflete a forma como o ato de cozinhar tem sido historicamente associado a uma tarefa feminina e individualizada. Essa associação é fruto da divisão sexual do trabalho, construção histórica que delegou às mulheres responsabilidades ligadas às esferas doméstica, reprodutiva e de cuidado, restringindo-as, muitas vezes, ao âmbito privado. No entanto, cozinhas coletivas, organizadas por movimentos sociais e outros grupos diversos, têm ganhado crescente relevância no cenário contemporâneo. Protagonizadas majoritariamente por mulheres, essas iniciativas vêm desempenhando um papel importante em contextos de grande vulnerabilidade social, onde o acesso digno e regular à alimentação ainda é uma luta diária para muitas pessoas. Diante desse cenário, o trabalho propôs-se a investigar a potência dessas cozinhas coletivas enquanto espaços de articulação social, política e afetiva para essas mulheres, buscando compreender se elas provocam uma ressignificação das dinâmicas tradicionalmente relacionadas à esfera doméstica e de cuidado, ao serem transpostas para um contexto coletivo. A metodologia, de abordagem qualitativa, combinou três eixos principais: o estudo teórico das transformações na lógica do trabalho produtivo e reprodutivo, com ênfase em suas divisões de gênero e espaços; a análise da insegurança alimentar enquanto um desafio global e brasileiro; e a exploração de narrativas de mulheres que mantêm uma cozinha solidária na Vila dos Milagres, localizada no Ibura, na Região Metropolitana do Recife, integrante da Campanha Mãos Solidárias. Os dados coletados apontam que o cuidado coletivizado pode ser uma ferramenta significativa para a auto-organização de mulheres, fomentando sua resistência e transformação social frente a um cenário de diversas injustiças sociais.

Palavras-chave: cuidado; divisão sexual do trabalho; cozinhas solidárias.

ABSTRACT

The popular slogan “a woman's place is in the kitchen” reflects the way in which cooking has historically been associated with a feminine and individualized task. This association is the result of the sexual division of labor, a historical construction that has delegated to women responsibilities linked to the domestic, reproductive and care spheres, often restricting them to the private sphere. However, collective kitchens, organized by social movements and other groups, have gained increasing relevance in the contemporary scenario. Mostly led by women, these initiatives have been playing an important role in contexts of great social vulnerability, where dignified and regular access to food is still a daily struggle for many people. Given this scenario, this study set out to investigate the power of these collective kitchens as spaces of social, political and emotional articulation for these women, seeking to understand whether they bring about a re-signification of the dynamics traditionally related to the domestic and care spheres, when transposed into a collective context. The methodology, with a qualitative approach, combined three main tasks: the theoretical study of transformations in the logic of productive and reproductive work, with an emphasis on its gender and space divisions; the analysis of food insecurity as a global and Brazilian challenge; and the exploration of narratives by women who run a collective kitchen in Vila dos Milagres, located in Ibura, in the Metropolitan Region of Recife, which is part of the Mãos Solidárias Campaign. The data collected shows that collective care can be a significant tool for women's self-organization, fostering their resistance and social transformation against a backdrop of various social injustices.

Keywords: care; sexual division of labor; solidarity kitchens.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mapeamento das Cozinhas Populares Solidárias da Campanha Mãos Solidárias.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEASA - CENTRO DE ABASTECIMENTO E LOGÍSTICA DE PERNAMBUCO

CONSEA - CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

INAM - INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

LOSAN - LEI ORGÂNICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

MST - MOVIMENTO DOS SEM TERRA

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PAA - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PENSSAM - REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

PRONAM - PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

RMR - REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE

SAN - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

SAPS - SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I.....	17
O CUIDADO E O DOMÉSTICO COMO ATRIBUIÇÕES FEMININAS.....	17
1.1. A construção histórica de um papel doméstico para a mulher.....	18
1.2. Divisão sexual do trabalho: a naturalização do trabalho feminino.....	22
1.3. O cuidado como objeto de estudo.....	25
1.4. O trabalho invisível hoje: mais permanências do que avanços?.....	27
CAPÍTULO II.....	33
O COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ÂMBITO GLOBAL E NACIONAL.....	33
2.1. A insegurança alimentar no mundo: o reconhecimento de um desafio global.....	34
2.2. A insegurança alimentar no Brasil: entre avanços e retrocessos.....	40
CAPÍTULO III.....	49
A PESQUISA EMPÍRICA NO PROJETO MÃOS SOLIDÁRIAS.....	49
3.1. Percurso metodológico.....	50
3.2. Mapeamento das cozinhas solidárias do Mãos Solidárias.....	52
3.3. A atuação das mulheres na Cozinha Solidária da Vila dos Milagres.....	59
3.4. O impacto da Cozinha Solidária no combate à insegurança alimentar.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA (1).....	87
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (2).....	88

INTRODUÇÃO

É comum pensarmos que as necessidades humanas envolvem bens e serviços essenciais, como alimentação, vestuário, abrigo, cuidados médicos e educação. No entanto, frequentemente se negligencia outra dimensão igualmente crucial: os afetos e as relações (Carrasco, 2003). As necessidades humanas não se restringem apenas aos aspectos biológicos e materiais, mas abrangem também aspectos subjetivos que incluem a afetividade, a segurança psicológica e a construção de laços humanos. Os estudos contemporâneos das Ciências Sociais começam a reconhecer a importância dessa dimensão da vida humana em sociedade e, nessa perspectiva, apresentam um lugar investigativo para as dinâmicas socioculturais do cuidado que pretendemos explorar neste trabalho.

O cuidado é, pois, uma instância essencial da vida humana, envolvendo um conjunto de atividades que garantem o bem-estar físico, emocional e social de indivíduos e comunidades. Esta dimensão, que abrange atividades como alimentação, cuidado com crianças, idosos e doentes, limpeza e organização doméstica, é crucial para a sustentabilidade da vida, desempenhando um papel fundamental tanto em ambientes domésticos quanto em outros contextos, como nos serviços públicos e comunitários de saúde, educação e assistência social. Trata-se de um conjunto de práticas, materiais ou psicológicas, que respondem às diversas necessidades dos outros (Hirata, 2016), revelando-se indispensáveis para a manutenção e reprodução da vida ao integrar o cuidado físico e emocional.

Esse vasto conjunto de atividades, também denominado *trabalho de reprodução*, não é executado exclusivamente por mulheres. Mas foram elas que historicamente assumiram essa responsabilidade, especialmente após a consolidação do capitalismo, e em geral sem reconhecimento de seus custos e de sua importância para o funcionamento da sociedade (Lyra, 2021). Como resultado, as atividades relacionadas ao cuidado tornaram-se invisíveis, sendo sistematicamente desvalorizadas e consideradas uma dimensão monótona e trivial da vida cotidiana. Frequentemente desempenhadas por mulheres na condição de esposas, filhas, sobrinhas, irmãs, noras, vizinhas ou amigas, essas atividades são, assim, naturalizadas e subestimadas dentro da estrutura social.

Esse entendimento, resultante da divisão sexual do trabalho (Hirata, Kergoat, 2007) é o que sustenta o preconceituoso chavão popular "lugar de mulher é na cozinha". Dentro dessa lógica, a cozinha, entendida como parte do doméstico e da intimidade, torna-se um símbolo

da desvalorização e invisibilização do trabalho de cuidado e reprodutivo, reforçando o isolamento do trabalho feminino no âmbito privado. Dessa forma, um elemento fundamental do cuidado humano – a alimentação – é reduzido a uma atividade essencialmente feminina, confinada ao espaço doméstico e desprovida de reconhecimento social.

No entanto, cozinhas coletivas, organizadas por grupos da sociedade civil e em grande parte protagonizadas por mulheres, têm ganhado crescente relevância no cenário contemporâneo. Esse é o caso do objeto empírico desta pesquisa: as cozinhas populares da Campanha Mãos Solidárias. Criada em 2020, durante a pandemia de Covid-19, essa iniciativa surgiu como uma resposta imediata ao agravamento da fome entre as populações mais vulneráveis, mobilizando grupos e coletivos para garantir a distribuição de alimentos por meio de redes de solidariedade em diversas comunidades da Região Metropolitana do Recife. Com foco na segurança alimentar, a campanha estruturou, ao longo do tempo, ações como a distribuição de marmitas, a criação de bancos de alimentos, o desenvolvimento de hortas comunitárias e a implementação de cozinhas solidárias.

Nas cozinhas solidárias, em particular, as mulheres têm ocupado a linha de frente, assumindo o protagonismo nas atividades de preparo dos alimentos e na sua distribuição para a comunidade. De forma voluntária, mulheres que vivem nas próprias comunidades dedicam-se a cozinhar e a apoiar seus vizinhos em situação de vulnerabilidade, assegurando o acesso à alimentação para aqueles que mais necessitam. Por essa razão, entendemos que essas cozinhas se configuram como espaços onde o cuidado é central e, neste caso, se manifesta de maneira coletiva. Além disso, ao transformar o cuidado em uma ação compartilhada, compreendemos que as cozinhas solidárias não apenas reafirmam o caráter feminino desse trabalho, mas também possuem o potencial de impulsionar transformações sociais, valorizando as mulheres e o cuidado enquanto agentes de mudança.

Com base nas problemáticas apresentadas, foram formuladas as questões centrais que orientaram a elaboração desta monografia, as quais podem ser expressas da seguinte maneira:

1) A atuação das mulheres nas cozinhas solidárias reflete ou ressignifica as práticas de cuidado, tradicionalmente associadas ao âmbito doméstico, ao serem transpostas para o contexto coletivo? 2) Como a atuação das mulheres nas cozinhas do Projeto Mãos Solidárias contribui para o enfrentamento da insegurança alimentar nas comunidades?

A hipótese que fundamentou a formulação das questões acima apresentadas baseou-se no entendimento de que, em muitos casos, essas mulheres, já responsáveis pelas atividades de reprodução e cuidado em suas esferas privadas, expandem essa atuação para a esfera comunitária, articulando soluções coletivas e participando de redes de ajuda mútua, especialmente em contextos onde o Estado é ausente ou insuficiente. Nesse cenário, as cozinhas solidárias buscam não apenas atender às necessidades alimentares de populações em situação de vulnerabilidade, mas também se entrelaçam com a dimensão do cuidado — um cuidado exercido de forma coletiva, que tem o potencial de transformar esses espaços em núcleos de organização política e social para essas mulheres.

Com o propósito de analisar a problemática e a hipótese supracitadas, esta pesquisa estabeleceu objetivos voltados para a compreensão das dinâmicas de funcionamento das cozinhas solidárias do projeto Mãos Solidárias na Região Metropolitana do Recife (RMR), com ênfase na investigação do papel desempenhado pelas mulheres nesses espaços. O objetivo geral, portanto, consistiu em compreender a atuação das mulheres nas cozinhas solidárias, investigando se essa atuação reflete ou ressignifica as dinâmicas de cuidado, tradicionalmente associadas ao âmbito doméstico, ao serem transpostas para um contexto coletivo e comunitário.

Para alcançar esse propósito geral, foram definidos três objetivos específicos, que nortearam a investigação: 1) mapear as cozinhas do projeto, investigando suas formas de organização e funcionamento; 2) identificar e descrever a participação das mulheres nesses espaços, destacando o seu trabalho voluntário e suas implicações de gênero; e 3) coletar dados sobre as percepções das mulheres a respeito do papel das cozinhas solidárias na comunidade e no combate à insegurança alimentar.

A fim de obter os dados necessários para responder às perguntas que orientaram esta pesquisa, adotou-se uma metodologia de abordagem qualitativa e de nível exploratório. A escolha por essa abordagem teve como intuito acessar uma realidade que não se limita à quantificação, mas que se dedica à compreensão dos significados, valores, crenças e representações que permeiam o universo das práticas humanas (Minayo, 2001). Entendemos que esse olhar é indispensável para entender as relações e intencionalidades que atravessam a atuação voluntária das mulheres nas cozinhas solidárias, bem como os contextos comunitários, sociais e culturais em que se encontram.

Para a coleta de dados no trabalho de campo, optou-se pela entrevista semiestruturada e pela observação direta como as principais técnicas de pesquisa. Por intermédio de uma professora da UFRPE, fui apresentada ao coordenador da Campanha Mãos Solidárias, que aceitou participar da entrevista. Após esse momento, ele me conduziu a continuar a pesquisa na cozinha da Vila dos Milagres, e estabeleceu meu contato com as mulheres que nela atuam, com as quais foram realizadas cinco entrevistas. A opção pela entrevista semiestruturada permitiu uma exploração mais aprofundada do funcionamento das cozinhas solidárias, bem como das experiências das mulheres nesses espaços, buscando entender suas práticas e os significados atribuídos ao cuidado coletivo. O roteiro das entrevistas consta nos apêndices A e B deste trabalho.

No que tange à justificativa desta pesquisa, sua relevância reside na necessidade de compreender práticas emergentes que se configuram como formas de cuidado coletivo, a exemplo das cozinhas solidárias, que extrapolam os limites do cuidado tradicionalmente restrito ao espaço doméstico. Ainda são incipientes os esforços acadêmicos voltados a investigar experiências que se situam à margem da lógica individualizada das famílias nucleares e que propõem novas formas de organização do trabalho de cuidado e da manutenção da vida. Nesse sentido, esta pesquisa busca contribuir para o aprofundamento do debate sobre a interseção entre cuidado, gênero e trabalho, abrindo novas perspectivas para o enfrentamento das desigualdades estruturais que lhes atravessam.

Além disso, a pesquisa também se insere em um cenário de crises sobrepostas — sanitária, econômica e política — que impactam profundamente as condições alimentares da população brasileira, especialmente após a pandemia de Covid-19 (De Paula, Zimmermann, 2021). Diante da ausência ou insuficiência do poder público no enfrentamento da fome, iniciativas coletivas têm desempenhado um papel central. As cozinhas solidárias, nesse contexto, emergem como respostas concretas à precarização das condições de vida, operando não apenas como espaços de distribuição de alimentos, mas como territórios de resistência e mobilização social. Analisá-las e acompanhá-las, portanto, é fundamental para compreender sua relevância e pensar em alternativas para o combate à fome.

Diante do exposto, esta monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a atribuição histórica do trabalho doméstico, de cuidado e reprodutivo às mulheres. Para tanto, exploramos como o sistema capitalista se consolidou ao separar as esferas da produção e da reprodução, evidenciando como a acumulação de capital dependeu

de maneira sistemática e estrutural — e não apenas de forma ocasional ou acidental — de uma imensa quantidade de trabalho invisível, sustentada pela contínua desvalorização do trabalho doméstico e de cuidado. Além disso, o capítulo também investiga como essas dinâmicas continuam a estruturar as relações de gênero e trabalho na sociedade contemporânea, a despeito de algumas transformações sociais.

O segundo capítulo situa a fome no contexto do mundo contemporâneo. Inicialmente, traçamos um panorama global da insegurança alimentar, examinando como essa questão se tornou um desafio internacional e levou à criação de instrumentos legais e jurídicos que responsabilizam os Estados pelo seu enfrentamento. Em seguida, analisamos essa problemática no Brasil, evidenciando como a insegurança alimentar reflete desigualdades socioeconômicas profundamente enraizadas na história do país. Por fim, discutimos os retrocessos recentes, impulsionados por políticas públicas frágeis e descontinuadas, que intensificaram a vulnerabilidade alimentar de uma parcela significativa da população, especialmente durante e após a pandemia de Covid-19.

Por fim, o terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica sobre a Campanha Mãos Solidárias, com foco na cozinha solidária da Vila dos Milagres. A análise explora seu funcionamento, impacto e a mobilização coletiva das mulheres responsáveis por mantê-las ativas. Na análise dos dados, coletados por meio da observação direta e de seis entrevistas semiestruturadas, buscamos articular empiria e teoria, evidenciando a importância da ação coletiva dessas mulheres diante da insuficiência das políticas governamentais, fortalecendo sua articulação política e afetiva por meio do cuidado compartilhado. Além disso, destacamos como essas iniciativas comunitárias têm se consolidado como estratégias de resistência e enfrentamento da fome em comunidades em situação de vulnerabilidade, embora enfrentem desafios e obstáculos que impactam sua capacidade de atuação.

CAPÍTULO I

O CUIDADO E O DOMÉSTICO COMO ATRIBUIÇÕES FEMININAS

(...) as atitudes sociais predominantes continuam a associar a eterna condição feminina a imagens de vassouras e pás de lixo, esfregões e baldes, aventais e fôgoes, vasilhas e panelas.¹

O trecho de *Mulheres, Raça e Classe*, da filósofa estadunidense Angela Davis, escrito há quatro décadas, mantém sua relevância diante da urgente necessidade de repensar o trabalho doméstico e de reprodução no contexto contemporâneo. Em sua análise, Davis critica o imbricamento ainda persistente da imagem das mulheres com o espaço doméstico, seus objetos e atividades manuais no contexto capitalista industrial nos Estados Unidos da década de 1980. Embora o cenário analisado pela autora naquele momento fosse distinto dos processos históricos e sociais ocorridos no Brasil, a imagem das vasilhas e panelas que a autora evoca permanece relevante, e nos permite definir algumas bases fundamentais para refletir sobre as conexões entre o trabalho doméstico e as construções sociais de gênero.

Assim como Angela Davis, outras teóricas feministas destacaram o confinamento das mulheres ao espaço doméstico como um elemento estruturante do sistema socioeconômico vigente e de suas dinâmicas espaciais. Longe de ser apenas um reflexo das desigualdades de gênero, o ambiente doméstico também atua como um instrumento que as consolida, moldado por relações sociais que definem suas funções, dimensões e usos. No entanto, a associação das mulheres ao espaço e ao trabalho doméstico não deve ser entendida como uma constante histórica, tampouco como algo natural. Seu formato atual é o produto de transformações que acompanharam mudanças nos sistemas econômicos e sociais ao longo do tempo, que definiram e redefiniram as tarefas atribuídas às mulheres e ao lar.

1.1. A construção histórica de um papel doméstico para a mulher

O surgimento e a consolidação do capitalismo como sistema econômico têm sido comumente analisados por meio da seguinte equação: o cercamento dos campos resultou na extinção das terras comunais e na consolidação da propriedade privada como forma

¹ DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*, [1981] 2016, p. 226.

predominante de organização social, provocando o êxodo rural e, conseqüentemente, gerando um contingente significativo de trabalhadores disponíveis para a nascente economia industrial. Paralelamente, o processo de colonização das Américas e a exploração de populações indígenas e africanas escravizadas forneceram recursos e mão de obra para a expansão econômica, enquanto o desenvolvimento do mercado mundial e a intensificação do comércio europeu criaram as condições para a transição do feudalismo para o capitalismo.

Essa narrativa é desafiada pela historiadora italiana Silvia Federici, que revisita o desenvolvimento do capitalismo a partir de uma perspectiva feminista, introduzindo uma questão fundamental: qual foi o papel das mulheres nesse processo? Em sua análise, que tem como ponto de partida a premissa de que “a discriminação contra as mulheres nas sociedades capitalistas não é um legado do mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais preexistentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais” (2017, p. 11), Federici traz à luz as formas como o sistema emergente reorganizou o trabalho e a vida social. Em particular, a autora destaca como a expansão econômica desse sistema esteve intimamente vinculada à restrição do trabalho feminino ao espaço doméstico e à sua desvalorização.

De acordo com Federici (2017), antes da instauração da propriedade privada, as mulheres desfrutavam de uma vida coletiva que lhes conferia uma maior autonomia na reprodução da vida — entendida tanto no sentido de reprodução humana quanto na manutenção das condições de existência. Neste sentido, a autora destaca que a própria ideia de “dona de casa” era inexistente em muitas sociedades pré-capitalistas, uma vez que o trabalho era majoritariamente voltado para a subsistência e era compartilhado por todos em diferentes arranjos. Essa organização coletiva era sustentada, em grande medida, pela existência das terras comunais, que permitiam uma maior partilha de responsabilidades e de saberes entre a comunidade.

As terras comunais constituíam espaços coletivos, como florestas, bosques, pradarias, lagoas e pastagens, nos quais as comunidades realizavam atividades essenciais à sua subsistência, como coleta de lenha, criação de animais e pesca, além de promoverem eventos sociais. Esses territórios desempenhavam um papel crucial na integração comunitária e na vida cotidiana em diversas sociedades pré-capitalistas. Para as mulheres, em especial, as terras comunais não apenas garantiam condições de sustento e sobrevivência, mas também configuravam um espaço de socialização, fortalecimento de laços sociais e conquista de certa

autonomia em relação aos homens. Nesses locais, elas podiam se reunir, compartilhar experiências, buscar conselhos e construir interpretações próprias sobre os acontecimentos da comunidade.

É importante notar que esse cenário não implicava a ausência de uma diferenciação de funções entre homens e mulheres na sociedade feudal. Como aponta Federici (2017), as diferenças de gênero no que diz respeito às ocupações já existiam nessa época, embora assumissem configurações bastante distintas das que se observariam posteriormente. As mulheres desempenhavam uma ampla variedade de tarefas associadas à manutenção da vida familiar, incluindo o preparo dos alimentos, o cuidado com os filhos e o trabalho de fiação. No entanto, elas também participavam das atividades agrícolas, usufruindo diretamente dos frutos de seu trabalho e não dependendo exclusivamente de seus maridos para sua sobrevivência. Além disso,

Se também levarmos em consideração que, na sociedade medieval, as relações coletivas prevaleciam sobre as familiares e que a maioria das tarefas realizadas pelas servas (lavar, fiar, fazer a colheita e cuidar dos animais nos campos comunais) era realizada em cooperação com outras mulheres, nos damos conta de que a divisão sexual do trabalho, longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina que permitia às mulheres enfrentar os homens, embora a Igreja pregasse pela submissão e a Lei Canônica santificasse o direito do marido a bater em sua esposa. (Federici, 2017, p. 53)

De maneira semelhante, Heleieth Saffioti (2013) assinala que a noção de inferioridade social, jurídica e política da mulher antecede o surgimento do capitalismo. Assim como Federici, Saffioti destaca que, nas economias pré-capitalistas, o trabalho feminino estava intimamente associado à subsistência familiar. A diferença, porém, residia no fato de que, nesse contexto, essas funções eram reconhecidas como economicamente relevantes. Assim, mesmo em uma sociedade que já as relegava a uma posição de inferioridade e até de submissão perante os homens, as mulheres participavam ativamente do sistema produtivo, desempenhando um papel econômico reconhecidamente expressivo. Entretanto, como aponta Saffioti (2013, p. 62), o processo de exclusão das mulheres do sistema produtivo já começava a se delinear através da forma subsidiária que o seu trabalho gradualmente assumia.

Com o avanço dos cercamentos², essa situação se intensificou. As terras comunais foram progressivamente convertidas em propriedade privada, resultando no enfraquecimento de um modo de vida orientado para a cooperação e a coletividade e desencadeando uma profunda transformação nos modos de organização da vida e do trabalho cotidianos. Além disso, no contexto de emergência e consolidação do capitalismo, a reprodução da força de trabalho tornou-se uma prioridade absoluta para o êxito das fábricas emergentes. Neste sentido, a fim de assegurar a manutenção desse processo — fosse pela geração de novos trabalhadores ou pelo cuidado daqueles já existentes — tornou-se essencial a restrição das mulheres ao espaço doméstico, relegando-as a funções reprodutivas e de suporte à força de trabalho.

Se até então existiam mulheres que possuíam acesso à terra, conhecimentos sobre a natureza e autonomia em relação aos seus corpos e funções reprodutivas, esse panorama foi drasticamente alterado. Nesse contexto, a “caça às bruxas”, como conceituou Federici (2017), assumiu um papel central. A perseguição sistemática de mulheres possuidoras de práticas e saberes ligados à saúde, à reprodução e à vida comunitária foi central para o estabelecimento de novas formas de controle sobre o corpo, a sexualidade e o trabalho feminino. Por meio desse processo, o capitalismo disciplinou os corpos femininos, especialmente em relação à procriação, visando moldar as mulheres a um papel social que garantisse a sua utilidade para o sistema: o de produtoras da força de trabalho e mantenedoras da reprodução social.

O resultado desse processo de transformação social foi a segmentação do trabalho em duas esferas distintas: a produtiva e a reprodutiva. Essa divisão gerou uma separação nítida entre a esfera da produção de bens e serviços, que passou a ser dominada pelos homens no espaço público, e a esfera da reprodução biológica e social, que foi atribuída às mulheres no âmbito privado. Nesse arranjo, o mundo público — da política, da economia, das artes, da literatura e da ciência — foi caracterizado como masculino, tornando-se um espaço social praticamente restrito aos homens e associado à atividade produtiva. Por outro lado, às mulheres foi relegado o espaço privado, com a responsabilidade pelo trabalho doméstico, pela educação dos filhos e pela manutenção da vida familiar.

² “Cercamento” foi o termo utilizado para se referir ao conjunto de estratégias usadas a partir do século XVI na Europa para eliminar o uso comum da terra. Federici explica seu significado: “envolver um pedaço de terra com cercas, canais ou outras barreiras ao livre trânsito de homens e animais, em que a cerca era marca de propriedade e ocupação exclusiva de um terreno. Portanto, por meio do cercamento, o uso coletivo da terra, geralmente acompanhando por algum grau de propriedade comunal, seria abolido, suplantado pela propriedade individual e pela ocupação isolada” (Federici, 2017).

Com o desaparecimento da economia de subsistência que havia predominado na Europa pré-capitalista, a unidade entre produção e reprodução, típica de todas as sociedades baseadas na produção-para-o-uso, chegou ao fim conforme essas atividades foram se tornando portadoras de outras relações sociais e eram sexualmente diferenciadas. (Federici, 2017, p. 145).

Em outras palavras, esse processo resultou na marginalização das mulheres da esfera do trabalho socialmente reconhecido e das relações econômicas formais³. Assim, se não é exclusiva ao capitalismo a atribuição das tarefas reprodutivas prioritariamente às mulheres (Federici, 2017; Saffioti, 2013), o mérito que o capitalismo tem é o de apropriar-se dessa lógica para garantir a sua reprodução. Essa apropriação se dá, especificamente, por meio da expansão da lógica de privatização das terras para o âmbito doméstico, o que provoca uma crescente individualização das tarefas de reprodução. Tal dinâmica fragmenta a vida comunal que outrora existiu e reduz as possibilidades de resistência das mulheres — agora isoladas — a essa realidade. Como elucida Saffioti (2013), essa situação representou um golpe severo nos meios de subsistência, na autonomia e na sociabilidade das mulheres.

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. (Saffioti, 2013, p. 63).

1.2. Divisão sexual do trabalho: a naturalização do trabalho feminino

O processo de separação entre a esfera de produção e a esfera de reprodução resultou em uma acentuada desvalorização do trabalho realizado no espaço doméstico, uma vez que, conforme aponta Davis (2016, p. 229), “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em

³ Para Saffioti, a mulher passou a ser “periféricamente situada no sistema de produção” (2013:63). A autora argumenta que os diferenciais de classe social e raça/cor ou etnia interferem na experiência de gênero, distinguindo-a entre as mulheres. Ou seja, mulheres pobres e negras nunca deixaram de trabalhar fora de casa, ainda que em posições profundamente marginais.

comparação com a atividade assalariada capitalista". Nesse contexto, todas as atividades relacionadas à subsistência, ao cuidado e à manutenção da vida — como o preparo de alimentos, a criação e o cuidado com crianças, idosos e doentes, além da limpeza e organização do lar — passaram a ser concebidas não apenas como práticas essencialmente femininas e restritas ao ambiente doméstico e à esfera familiar, mas também como atividades desprovidas de valor econômico.

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. (Federici, 2017, p. 145).

Nessa perspectiva de desvalorização, o trabalho realizado no ambiente doméstico foi progressivamente invisibilizado, sendo tratado não como uma atividade que gera valor, mas como uma extensão natural das responsabilidades socialmente atribuídas às mulheres. Em grande medida, essa desvalorização decorreu do fato de que, enquanto os resultados do trabalho masculino podiam ser armazenados, quantificados e traduzidos em dinheiro, os frutos do trabalho feminino eram imateriais e intangíveis. Desse modo, o trabalho masculino passou a ser reconhecido e remunerado por supostamente demandar maior esforço e dedicação, enquanto o trabalho das mulheres foi associado a uma suposta natureza “justa e amável”, reforçando a ideia de que elas seriam inerentemente destinadas à abnegação, ternura, afeto e outros atributos ligados à sua presumida “essência feminina”.

O sistema de hierarquização de gênero baseado na biologia — e especificamente no sexo — se consolidou nesse momento, com a divisão capitalista do trabalho em produtivo e reprodutivo. Foi por meio da afirmação da diferença física colocada como foco que as diferenças sociais puderam ser “naturalizadas” (Zanello, 2018). Em outras palavras, as diferenças sexuais foram instrumentalizadas como justificativa para essas desigualdades, vinculando as mulheres ao âmbito doméstico devido à sua capacidade potencial de reprodução e maternidade. Dessa forma, elas foram definidas como “naturalmente” responsáveis pelo cuidado do lar — ideia que ocultava e distorcia a exploração do trabalho feminino não remunerado, ao apresentá-lo sob o signo do afeto e do destino biológico das mulheres⁴.

⁴ É de salientar que esta lógica que naturaliza e hierarquiza as desigualdades de gênero com base nas diferenças sexuais foi amplamente questionada nas discussões acerca de gênero que emergiram nas décadas de 1960 e 1970

A partir dessa lógica, uma nova divisão sexual do trabalho foi instaurada, fundamentada na atribuição de valores distintos às esferas públicas e privadas. Essa organização consolidou a ideia de que corpos biologicamente diferentes determinariam posições sociais também desiguais: aos homens foi reservado o espaço público e produtivo, associado ao prestígio e ao reconhecimento; às mulheres, o espaço privado e reprodutivo, percebido como menos intelectual, de menor relevância econômica e frequentemente subestimado. Essa divisão tornou-se um pilar fundamental na organização das estruturas materiais e simbólicas que moldam as existências de homens e mulheres em muitas sociedades, definindo, ao longo da história, suas posições sociais baseadas em seus papéis na reprodução biológica e social.

O conceito de divisão sexual do trabalho foi amplamente desenvolvido por Helena Hirata e Danièle Kergoat, que o definem como “a forma da divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo” (Kergoat, 2009, p. 67). Para as autoras, esse arranjo é fundamentado em dois princípios estruturantes: o princípio da separação, que estabelece uma clara distinção entre as atividades realizadas por homens e mulheres; e o princípio hierárquico, que confere maior prestígio e reconhecimento social às atividades realizadas pelos homens (Hirata; Kergoat, 2007). Como consequência, as funções tradicionalmente realizadas pelas mulheres são desvalorizadas, excluídas do reconhecimento como trabalho e frequentemente tratadas como irrelevantes para o campo econômico.

Simone de Beauvoir, em sua obra seminal de 1949, descreve a mulher como *o segundo sexo*, argumentando que a condição feminina é uma construção social moldada por uma perspectiva masculina. Nesse esquema, a mulher é posicionada como *o outro* — aquilo que o homem não é, mas do qual ele também depende para consolidar sua identidade e posição de poder. De maneira análoga à noção de segundo sexo, poderíamos conceber a existência de uma *segunda economia* (Marçal, 2022, p. 26), na qual o trabalho tradicionalmente associado aos homens — centrado na produção mercantil e considerado central para o sistema econômico — define a visão dominante da economia. Em contrapartida, o trabalho feminino — voltado para as esferas doméstica, de cuidado e reprodutiva — é relegado à invisibilidade, sendo tratado como complementar, apesar de ser indispensável para a reprodução das condições que sustentam o trabalho masculino.

(Mead, 2000; Rubin, 2017; Scott, 1995). De formas diferentes, esses estudos demonstram que não existe uma relação direta entre o sexo anatômico e a conduta social de homens e mulheres. Assim, esses comportamentos não são inatos, mas resultam de padrões culturais aprendidos e transmitidos socialmente, que impõem normas e expectativas distintas para cada gênero.

De fato, embora a palavra *economia* tenha origem no grego *oikos*, que significa *casa*, os economistas têm historicamente negligenciado as atividades realizadas nesse espaço. Indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB), utilizado como principal indicador de progresso econômico e social por muitos países, bem como muitas outras medidas oficiais de atividade econômica, não contabilizam o trabalho não remunerado com a casa, os filhos e outras pessoas dependentes. Essa omissão obscurece a compreensão de que o trabalho doméstico não é um elemento secundário, mas sim uma peça indispensável para o funcionamento do sistema econômico. Ele constitui uma das bases invisíveis que sustentam a acumulação de riqueza e garantem a reprodução das condições necessárias à continuidade da economia formal, ou seja, a *segunda economia*.

O relatório "Tempo de Cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade", publicado pela Oxfam em 2020, corrobora com essa assertiva. A pesquisa estimou que o trabalho de cuidado não remunerado realizado por meninas e mulheres no mundo gera um valor de 10,8 trilhões de dólares por ano, o que corresponde a três vezes o valor do setor global de tecnologia. Essa quantia, relacionada ao cuidado de lares, crianças, idosos e doentes, é considerada ainda uma estimativa conservadora, dada a dificuldade de contabilizar com precisão as horas dedicadas a essas atividades⁵. Vale ainda ressaltar que esses dados refletem um cenário pré-pandêmico, quando as redes de suporte ao cuidado e à reprodução, especialmente nos setores de saúde, educação e alimentação, não estavam tão sobrecarregadas.

1.3. O cuidado como objeto de estudo

O cuidado foi historicamente negligenciado como objeto de estudo específico e mantido à margem do reconhecimento acadêmico por ter sido associado a atividades vistas como naturalmente femininas. Ao longo do século XX, entretanto, começou-se a despertar o interesse de algumas áreas do conhecimento por esse conceito, o que levou a novas formas de entender a relação entre trabalho, cuidado e gênero. Assim, as teorias e debates sobre o trabalho de cuidado, ou *care*, surgiram há cerca de três décadas no mundo anglo-saxônico, em

⁵ Para chegar a esse valor, a Oxfam considerou que o trabalho realizado em sua maioria por mulheres e meninas totaliza aproximadamente 12,5 bilhões de horas diárias. O valor de horas contabilizado no relatório advém de um estudo feito em 76 países, e considera os seguintes trabalhos: trabalho doméstico para o próprio domicílio, trabalho de cuidado não pago para familiares, serviços comunitários e para outros domicílios (Charmes, 2019).

particular nos Estados Unidos, onde Joan Tronto e Carol Gilligan se destacaram como principais expoentes desses estudos.

Em 1993, Joan Tronto, cientista política norte-americana, publicou o livro *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*, que difundiu amplamente a ideia de uma "ética do cuidado". Esse conceito surgiu inicialmente nos escritos da psicóloga Carol Gilligan, importante representante do feminismo diferencial que argumentava que, devido à predominância das mulheres nas atividades de cuidado, elas possuíam um ponto de vista epistemológico particular e privilegiado (GILLIGAN, 1982). Segundo essa autora, ao contrário dos homens, que enfatizavam a justiça e a imparcialidade, as mulheres tenderiam a valorizar a empatia e a compaixão, construindo uma moralidade centrada nas relações e no cuidado com o outro.

Nos anos 2000, houve um aumento significativo de publicações acadêmicas sobre o cuidado, sobretudo nos Estados Unidos, o que foi impulsionado por fatores como o envelhecimento populacional, o aumento da expectativa de vida, a sobrecarga dos sistemas de proteção social e a maior participação feminina no mercado de trabalho. Além disso, a privatização e a ineficiência dos sistemas de saúde e assistência social contribuíram para consolidar o cuidado como uma questão social, política e teórica central.

Nesse cenário, Joan Tronto continuou como uma figura de destaque, ao propor que as práticas de cuidado eram essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e de políticas mais democráticas. Tronto defendia o reconhecimento da interdependência humana, argumentando que nenhuma pessoa é totalmente autônoma e que todos, em algum momento da vida, dependem dos cuidados de outros (Tronto, 2007: 299). Para ela, o cuidado deveria ser entendido como um ideal político e moral, ocupando uma posição central nas sociedades democráticas e sendo fundamentado em qualidades como atenção, responsabilidade e competência.

No início do século XXI, os estudos sobre o cuidado também começaram a se expandir na França, com pesquisadoras como Pascale Molinier e Patricia Paperman tornando-se referências importantes na área. Pascale Molinier, psicóloga, utilizou dados empíricos em suas análises, particularmente em suas pesquisas com cuidadoras de idosos em instituições em Paris. Ela propôs uma ética "naturalizada" das cuidadoras, fundamentada na proximidade emocional e no afeto que elas desenvolvem com os idosos, o que chamou de

“expressão popular de uma ética do care” (Molinier, 2013: 175). Essa abordagem contrastava com uma visão mais profissional e distanciada, correndo o risco de naturalizar o sacrifício dessas cuidadoras, em sua maioria mulheres da classe trabalhadora.

Patricia Paperman, socióloga, argumentou que a ética do cuidado desafiava a dicotomia tradicional entre razão e sentimento, ao valorizar formas de conhecimento baseadas na sensibilidade e nas experiências concretas das pessoas, especialmente das mulheres. Ao destacar as experiências de cuidado e as relações interpessoais, Paperman ampliou a perspectiva da ética do cuidado para incluir uma crítica ao modelo de conhecimento tradicional, questionando a separação entre o público e o privado, masculino e feminino, além de criticar a pretensa neutralidade científica que, historicamente, excluiu as emoções da análise sociológica.

As contribuições de Joan Tronto, Pascale Molinier e Patricia Paperman desempenharam um papel crucial no desenvolvimento dos estudos sobre o cuidado. No entanto, essas abordagens também foram alvo de críticas (Araújo, 2018). Embora reconheçam conflitos, tensões e desigualdades em suas análises, ao focarem em uma concepção idealizada do cuidado, acabam por atenuar esses aspectos. Tronto, por exemplo, ao destacar a interdependência e a responsabilidade, e Molinier e Paperman, ao enfatizarem os vínculos afetivos, frequentemente direcionam suas reflexões para a construção de um "bom" cuidado e da cuidadora ideal, uma vez que o cuidado é, em última instância, moralmente enaltecido.

Desta forma, ao privilegiar essas qualidades positivas, essas abordagens tendem a não dar destaque a algumas questões fundamentais, como as dinâmicas estruturais de opressão, poder e desigualdade que permeiam o trabalho de cuidado. Há uma tendência a universalizar as experiências de certas mulheres, o que acaba por invisibilizar as complexas intersecções entre gênero, raça e classe que atravessam essas relações, deixando de captar a maneira desigual e hierárquica com que o cuidado é praticado e vivenciado em diferentes contextos.

No Brasil, no campo das ciências sociais, as investigações sobre o tema do cuidado ainda são escassas, com a maioria das pesquisas concentradas nas áreas de geriatria, gerontologia, enfermagem e saúde pública. Helena Hirata é uma figura que se destaca. Em suas amplas pesquisas sobre o cuidado, a autora utiliza o conceito de "consustancialidade" das relações sociais para demonstrar como gênero, classe e raça se imbricam na organização

desse tipo de trabalho. Em suas análises comparativas entre Brasil, França e Japão, a autora evidencia que o trabalho de cuidado é predominantemente realizado por mulheres de classes subalternas, pobres ou imigrantes. Essa precariedade reflete a histórica desvalorização de tarefas associadas ao feminino, reafirmando as desigualdades estruturais que permeiam a divisão sexual do trabalho.

A partir da contribuição de Hirata, bem como de outras autoras, chega-se a uma análise mais aprofundada e menos normativa do cuidado, ao incorporar uma perspectiva interseccional. Essa abordagem leva em consideração as complexas interações entre gênero, poder, classe e raça nas dinâmicas do cuidado, revelando como diferentes sistemas de opressão se cruzam e impactam diretamente as práticas cotidianas de quem cuida e de quem é cuidado. Assim, a questão central sobre quem desempenha essas atividades e sob quais condições é reconfigurada, trazendo à tona as experiências concretas das populações marginalizadas não apenas pelo seu gênero, mas também pela sua posição de classe e raça.

1.4. O trabalho invisível hoje: mais permanências do que avanços?

Diversas transformações sociais se consolidaram desde 1981, quando Angela Davis publicou o livro cuja citação abre este capítulo. Entre elas, destacam-se o maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho, as mudanças na estrutura familiar, a industrialização, os avanços tecnológicos, bem como a implementação de políticas públicas e legislações mais inclusivas em diversos países. Entretanto, a despeito desses avanços ocorridos ao longo das últimas décadas, diversos aspectos relacionados às ocupações e atribuições femininas mantiveram-se praticamente inalterados.

Por um lado, a industrialização e os avanços tecnológicos, com a criação de equipamentos inovadores que teriam o potencial de aliviar a carga do trabalho doméstico, revelaram limitações significativas em seu impacto sobre as condições das mulheres. Como argumenta Angela Davis (2016), o aumento da capacidade de produção de bens de consumo voltados para o lar não teve como objetivo libertar as mulheres das responsabilidades domésticas, resultando apenas no aumento e na especialização de suas funções domésticas. Por essa razão, a autora sustenta que a resposta para diminuir o fardo desse trabalho não é simples, tampouco reside no desenvolvimento de novas tecnologias ou eletrodomésticos.

O pensamento de Silvia Federici complementa essa análise ao destacar que o custo social do trabalho reprodutivo é elevado, especialmente porque ele “é, em grande parte, irreduzível à mecanização, uma vez que exige um alto grau de interação humana e a satisfação de necessidades complexas em que os elementos físicos e afetivos estão intrinsecamente combinados.” (Federici, 2017, p. 223). Dessa forma, as atividades de cuidado não podem ser substituídas pela criação de novos aparelhos tecnológicos, uma vez que elas estão intimamente entrelaçadas com a dimensão afetiva das relações humanas, o que as torna insubstituíveis pelo mercado. Reduzir esse trabalho abaixo de um mínimo necessário comprometeria, portanto, o desenvolvimento integral das pessoas e suas condições de existência enquanto seres sociais e afetivos.

Por outro lado, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho provocou mudanças significativas na estrutura nuclear da família heterossexual. Se antes os homens eram considerados os provedores financeiros, com seus salários sustentando economicamente as famílias, representando o verdadeiro “ganha pão”, nas palavras de Carole Pateman (1999), atualmente boa parte das casas têm por sustento também a renda advinda do trabalho da mulher. No entanto, isso também não implicou uma redistribuição equitativa das funções domésticas e de cuidados. Na prática, para além de trabalharem fora de casa, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, como alimentação, limpeza e cuidado com os filhos.

No Brasil, essa realidade é evidenciada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) de 2022, conduzida pelo IBGE. Segundo o levantamento, a população com 14 anos ou mais dedicava, em média, 17 horas semanais aos afazeres domésticos e/ou ao cuidado de pessoas. Dessas, as mulheres destinavam 21,3 horas semanais, enquanto os homens dedicavam apenas 11,7 horas. Ainda de acordo com o relatório, em todas as regiões do país e em todas as faixas etárias, as mulheres foram as principais responsáveis por essas atividades, tanto no cuidado de pessoas quanto nas tarefas domésticas, ambas majoritariamente não remuneradas.

Desta forma, o modelo social vigente permanece, em muitos aspectos, inalterado, impondo às mulheres o ônus dessa nova realidade na dinâmica familiar. Para Carrasco (2003), essa situação não resulta apenas de uma questão de má organização social, mas é o reflexo de uma sociedade que ainda opera com base no modelo tradicional de família, em que se presume que a mulher se responsabilize pela maior parte das atividades domésticas e de

cuidado. Ao ingressarem no mercado de trabalho e assumirem novas responsabilidades, cabe a elas, quase sempre sozinhas, a tarefa de reorganizar e equilibrar as exigências da vida profissional com a manutenção da dinâmica familiar.

Como consequência, costuma-se dizer que as mulheres enfrentam duplas ou até triplas jornadas de trabalho. Ainda sobrecarregadas com as responsabilidades do lar e, ao mesmo tempo, inseridas no mercado de trabalho remunerado, muitas acabam desempenhando múltiplas funções, já que, ao retornarem do trabalho fora de casa, precisam assumir as tarefas domésticas. Por esse motivo, essa dinâmica também já foi conceituada como “dupla presença/ausência” (Izquierdo, 1998), referindo-se à impossibilidade de estar integralmente em qualquer uma das esferas, dadas as demandas conflitantes que enfrentam.

Essa condição força as mulheres a transitar constantemente entre diferentes contextos: das características específicas da atividade familiar aos horários e valores do trabalho assalariado, da cultura do cuidado à racionalidade econômica. Ademais, do mesmo modo que os avanços tecnológicos na produção de eletrodomésticos não representaram uma saída para a situação enfrentada pelas mulheres, a reprodução do modelo masculino de participação no mercado de trabalho tampouco se apresentaria como solução. Afinal, como questiona Carrasco (2003), “se as mulheres os imitassem, quem cuidaria da vida humana com toda a dedicação que isso implica?”

Essa dedicação a que Carrasco (2003) se refere representa não apenas uma sobrecarga física para as mulheres, mas também um grande fardo emocional. Isto porque o trabalho doméstico é inerentemente cíclico e interminável, perpetuando uma rotina que raramente encontra pausa: bocas que foram alimentadas voltam a sentir fome, poeira varrida reaparece, crianças que dormem inevitavelmente acordam. Após o almoço, é hora de lavar a louça, seguida do preparo do jantar e, novamente, mais louça. Além dessa dimensão mais prática, esse trabalho também compreende confortar, pacificar, agradar, escutar, organizar o cotidiano e garantir o bem-estar de todos ao redor. Exige atenção aos detalhes, lembrar-se das preferências e particularidades de cada indivíduo e buscar atender a essas expectativas.

Dessa forma, o cuidado abrange todo o processo necessário para a reprodução das condições de vida. Ele inclui tanto o suporte físico quanto emocional dos trabalhadores assalariados, assegurando que estejam prontos para enfrentar as demandas do mercado de trabalho diariamente. Inclui também o acompanhamento das crianças — os futuros

trabalhadores — desde o nascimento até o decorrer de sua vida escolar, de modo a garantir que seu desempenho atenda às expectativas do sistema capitalista. Assim, por trás de cada fábrica, escola ou escritório, encontra-se o trabalho invisível de inúmeras mulheres que dedicam sua energia à manutenção da vida das pessoas que sustentam essas instituições.

No capitalismo, a privatização do cuidado no espaço doméstico se reflete em uma indiferença estrutural: o sistema não reconhece nem valoriza o trabalho necessário para sustentar a força de trabalho fora das fábricas, empresas, escritórios ou escolas. Em grande medida, não existe uma preocupação genuína por parte dos empregadores sobre se os trabalhadores têm acesso adequado à alimentação, ao descanso, à higiene ou a outros fatores básicos para a sua sobrevivência. Em nossas sociedades, presume-se, como algo naturalizado, que os trabalhadores chegarão aos seus postos de trabalho prontos para produzir, ou que crianças e adolescentes chegarão à escola alimentados, limpos e prontos para aprender, sem que se questione o esforço invisível, não remunerado e desvalorizado que torna isso possível.

A comunidade é essencialmente o lugar das mulheres, no sentido de que é ali que elas aparecem e realizam seu trabalho diretamente. Mas a fábrica é igualmente o lugar onde é incorporado o trabalho das mulheres que não aparecem ali e que transferiram seu trabalho aos homens que lá estão. Similarmente, a escola também incorpora o trabalho das mulheres que não aparecem ali, mas que transferiram o seu trabalho aos alunos que retornam todas as manhãs alimentados, bem cuidados e com a roupa passada pela mãe. (Dalla Costa, 1972 apud Federici, 2019)

As instituições sociais e a sociedade, de maneira geral, continuam negligenciando o fato de que o cuidado com a vida humana constitui uma responsabilidade coletiva e política. Como aponta Carrasco (2003, p.25), essa omissão é evidente nos debates sobre o Estado de Bem-Estar Social, onde educação e saúde são amplamente discutidas como serviços básicos indispensáveis, mas os serviços de cuidado raramente recebem atenção ou reconhecimento. Paradoxalmente, esses são os serviços mais essenciais: sem o cuidado adequado de uma criança desde o nascimento, sequer será necessário preocupar-se com sua educação formal, pois ela não alcançará a idade escolar.

No Brasil, o debate sobre a reprodução social e o reconhecimento das funções domésticas como uma forma legítima de trabalho permanece atrasado em comparação a outros países. Em algumas nações da América do Sul, o tema tem avançado, com projetos de

lei em tramitação ou já aprovados⁶ que visam remunerar ou contabilizar para a previdência o trabalho doméstico e de cuidado, reconhecendo sua importância para a sustentação da sociedade. Por outro lado, no contexto brasileiro, esse progresso é tímido, uma vez que ainda se impõem inúmeras barreiras sociais, políticas e culturais ao reconhecimento dos direitos das mulheres que dedicam suas vidas ao gerenciamento de seus lares.

Uma das razões para a estagnação política e a perpetuação das desigualdades no trabalho doméstico no Brasil pode ser explicada por meio do racismo estrutural. Historicamente, em nosso país, as mulheres negras têm ocupado uma posição central nesse tipo de trabalho, enfrentando uma dupla invisibilidade: a desvalorização do trabalho de cuidado e doméstico, e o peso de opressões baseadas em marcadores de raça e classe. Essa configuração se constitui como um reflexo direto da herança escravocrata, que continua a estruturar dinâmicas de exploração e exclusão no país.

Essa realidade, que expõe não apenas a permanência de hierarquias raciais, mas também a forma como essas hierarquias atravessam e organizam a economia do cuidado, tem sido objeto de debate entre diversas autoras (Hirata, 2014; Davis, 2016; Ribeiro, 2016). Essas pensadoras reforçam a necessidade de explicitar a forma como o peso do trabalho doméstico e reprodutivo é sentido de maneiras distintas, refletindo as formas como gênero, classe e raça se imbricam e se interseccionam na organização desse tipo de trabalho. Ainda que esta monografia não tenha como foco central essa temática, é essencial reconhecer sua relevância ao abordar o tema do cuidado no Brasil.

Dessa maneira, nem as inovações tecnológicas, nem o ingresso das mulheres no mercado de trabalho remunerado, nem as legislações existentes resultaram em uma redução significativa das horas dedicadas ao trabalho doméstico, tampouco promoveram mudanças substanciais nas desigualdades de gênero que elas enfrentam. Isso evidencia que as transformações vivenciadas pelas mulheres não têm sido acompanhadas, de maneira proporcional, por uma reestruturação social e institucional.

Persiste, assim, uma construção social que associa as mulheres ao cuidado, ao mesmo tempo que desassocia os homens destas mesmas responsabilidades - o que é evidenciado

⁶ Conforme dados da Folha de S. Paulo, em 2021, a Argentina passou a contabilizar o cuidado materno como tempo de contribuição para a aposentadoria, permitindo a inclusão de um a três anos por filho no cálculo previdenciário. No Uruguai, desde 2008, é possível somar um ano adicional por filho, com um limite máximo de cinco anos. Já no Chile, mulheres com 65 anos ou mais têm sua aposentadoria complementada com base na quantidade de filhos.

pelos dados que trouxemos anteriormente, a respeito do número de horas desigual despendidas por homens e mulheres em atividades de reprodução da vida ou de cuidado. Como apontaram Kergoat e Hirata, “sempre que se tenta fazer um balanço da divisão sexual do trabalho em nossas sociedades, chega-se à mesma constatação em forma de paradoxo: nessa matéria, tudo muda, mas nada muda”(2007, p.597).

CAPÍTULO II

O COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ÂMBITO GLOBAL E NACIONAL

*A fome é a expressão biológica de males sociológicos.*⁷

Nas sociedades contemporâneas, marcadas por profundas disparidades econômicas e sociais, a alimentação tem se transformado em um espaço de exclusão e vulnerabilidade para uma parcela significativa da população mundial. A desigualdade no acesso a alimentos adequados e nutritivos reflete as desigualdades estruturais existentes, resultando em um crescente número de pessoas em situação de insegurança alimentar. Esse cenário é evidenciado pelos alarmantes indicadores globais: no ano de 2023, de acordo com o último relatório da ONU, intitulado *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo* (SOFI), cerca de 733 milhões de pessoas enfrentaram a fome, o equivalente a uma em cada 11 pessoas no mundo (FAO, 2024).

Neste capítulo, propomos uma análise concisa sobre o enfrentamento da fome nos âmbitos global e nacional, a fim de situar nossa pesquisa sobre as cozinhas solidárias dentro de um panorama mais amplo, uma vez que essas iniciativas emergem justamente como respostas locais ao problema global da fome. Assim, ao examinar a fome em suas dimensões mundial e brasileira, buscamos compreender de que maneira as cozinhas solidárias se inserem nesse cenário, oferecendo uma resposta coletiva e local a um desafio global que demanda soluções urgentes e descentralizadas.

2.1. A insegurança alimentar no mundo: o reconhecimento de um desafio global

A fome esteve sempre presente na história da humanidade (Azevedo, 2022). Contudo, ela se tornou uma questão política e social global particularmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando as nações perceberam a necessidade de enfrentá-la de maneira coletiva. Esse reconhecimento foi especialmente marcante na Europa, que enfrentou um longo período de miséria e escassez alimentar nos anos seguintes ao conflito. Nesse contexto,

⁷ Josué de Castro (1984).

a fome passou a ser entendida como uma questão de segurança nacional, estabelecendo a ideia de que a soberania de um país estava diretamente vinculada à sua capacidade de produção e autossuficiência alimentar (Maluf & Menezes, 2000).

O problema se intensificou ainda mais durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que teve um poder de destruição muito maior do que a primeira e se espalhou além das fronteiras europeias, gerando impactos desastrosos em todo o sistema econômico mundial. Em decorrência disso, consolidou-se a noção de que a segurança alimentar estava quase exclusivamente relacionada à capacidade de produção agrícola de cada país, perspectiva que perdurou até a década de setenta do século passado (Silva, 2014).

Diante desse cenário, intensificaram-se os esforços internacionais para enfrentar o problema da fome. A Conferência de Alimentação de Hot Springs, realizada nos Estados Unidos em 1943, marcou um momento decisivo. Este foi o primeiro encontro promovido pelas Nações Unidas com o objetivo de discutir estratégias frente ao cenário de destruição e às demandas de reconstrução global no pós-guerra, que já se delineava naquele momento. Embora a proposta de instituir um mecanismo de cotas e assistência alimentar, que visava permitir a cada país reerguer sua produção agrícola de maneira soberana, não tenha sido aprovada, o evento deu origem a alguns importantes desdobramentos institucionais.

O principal resultado foi a criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), formalmente instituída em 16 de outubro de 1945. Desde então, a organização se consolidou como a principal entidade de articulação internacional responsável pela formulação e implementação de estratégias globais voltadas ao combate à fome (Castro, 1992; Hirai, Anjos, 2007). Atualmente, a organização conta com a participação de 191 países-membros, incluindo o Brasil, que é signatário desde a sua fundação.

Ao longo dos anos, a atuação da FAO fortaleceu a compreensão da alimentação como um direito humano fundamental. Esse reconhecimento foi consolidado em importantes documentos jurídicos internacionais, com destaque para a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Em seu artigo 25, parágrafo primeiro, o documento afirma o compromisso da comunidade internacional em garantir uma série de condições mínimas para uma vida digna, incluindo o direito à alimentação.

Art. 25 Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive

alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (UNICEF, 2025, *grifos nossos*).

A abordagem dos Direitos Humanos estabeleceu um referencial importante para o enfrentamento da fome no mundo, ao reconhecer que esse problema não poderia ser tratado isoladamente, mas sim em conexão com outras garantias fundamentais. No entanto, apesar desse avanço no campo jurídico, a efetivação desse direito permaneceu um desafio. Ao longo da segunda metade do século XX, a fome continuou sendo um problema global, intensificado por crises econômicas e conflitos armados. Suas causas, complexas e interconectadas, abrangiam dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais, ampliando o alcance das discussões e exigindo respostas integradas e um compromisso internacional mais eficaz para sua superação.

Em 1974, diante dos persistentes desafios globais no combate à fome, foi realizada em Roma a Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, que se tornou um marco na formulação da ideia de segurança alimentar. Inicialmente, esse conceito esteve voltado para a garantia de suprimentos alimentares adequados para os países, com enfoque mais amplo e menos direcionado aos indivíduos ou famílias (Jesus et al., 2024). O principal objetivo da conferência estava centrado nos problemas globais de produção e abastecimento, uma vez que a conferência ocorreu em um cenário de estoques alimentares mundiais severamente reduzidos, agravado por quebras de safra em grandes países produtores, as quais geraram desestruturação dos estoques mundiais, elevação dos preços e, por conseguinte, fome e mortes (Takagi, 2006).

Como ressalta Menezes (1998, p. 60), “na I Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO (...), em 1974, a ideia de que a segurança alimentar estava estritamente ligada à produção agrícola era corrente.” Deste modo, havia um entendimento de que a superação deste cenário e o extermínio do flagelo da fome e da desnutrição passavam pela afirmação da necessidade de aumento na produção agrícola. Esse panorama reforçou o argumento em favor da modernização do setor agrícola, baseado no emprego massivo de inovações químicas, mecânicas e biológicas, consolidando o processo que ficaria conhecido como Revolução Verde (Takagi, 2006; Menezes, 1998).

Durante a década de 1970, houve uma recuperação da produção global de alimentos, mas as promessas associadas à Revolução Verde não se concretizaram plenamente, uma vez que a fome e a desnutrição continuaram a afetar uma parcela significativa da população mundial (Silva, 2014). Em consequência disso, no início dos anos 1980, começava a tornar-se evidente a ideia de que a fome em larga escala podia coexistir com a disponibilidade de alimentos em níveis nacional e internacional, destacando que o problema não estava apenas na produção ou no abastecimento de alimentos, mas sobretudo no acesso a eles.

Gradualmente, foi se consolidando o entendimento de que a fome não era apenas resultado da escassez de alimentos, como se acreditava até então, mas, principalmente, das desigualdades em sua distribuição e das barreiras econômicas e sociais que dificultavam o seu acesso. A obra *Poverty and Famines*, de Amartya Sen (1981), é reconhecida como o início da mudança paradigmática que desloca o foco da análise da disponibilidade de alimentos para a incapacidade de grupos específicos em acessar uma quantidade suficiente de alimentos. Esse conceito trouxe a questão do acesso alimentar para o centro das discussões, evidenciando que o problema da fome estava intrinsecamente associado às dinâmicas de exclusão e desigualdade nas sociedades.

A identificação dessa questão levou a importantes reformulações no conceito de segurança alimentar proposto pela FAO e por outras organizações internacionais, como o Banco Mundial. Essas instituições passaram a reconhecer as condições de acesso adequado aos alimentos como um fator determinante para garantir a segurança alimentar (Maluf, 2007). Neste sentido, além de considerarem a oferta de alimentos, as organizações passaram a se concentrar também na garantia de formas de acesso regular aos alimentos. Elucidando essa mudança conceitual, citam-se as definições de segurança alimentar adotadas, respectivamente, pela FAO e pelo Banco Mundial:

O objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, **acesso físico e econômico** aos alimentos básicos que necessitam [...] a segurança alimentar deve ter propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada, conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam. (FAO, 1982 apud Maluf, 2007, p.61).

[...] o **acesso por todas as pessoas e em todo o tempo** a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. (Banco Mundial, 1986 apud Maluf, 2007, p.61).

Paralelamente, o direito humano à alimentação, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, também foi detalhado mais profundamente ao longo das décadas e em diversas instâncias. Em âmbito internacional, destaca-se o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), firmado em 1976, que, além de reafirmar a alimentação como um direito humano fundamental, impôs aos Estados a obrigação de adotar medidas concretas e eficazes para garantir o acesso da população a alimentos adequados, visando, assim, combater a fome de maneira mais efetiva.

Art. 11. 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à **alimentação**, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o **direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome**, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as **medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias (...)**. (BRASIL, 2025, *grifos nossos*).

Em 1999, o Comentário Geral nº 12 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) apresentou uma interpretação aprofundada do artigo 11 do PIDESC, sublinhando que o direito à alimentação não deveria se resumir a um simples fornecimento de calorias e/ ou macronutrientes para o funcionamento do corpo humano. Segundo o comitê, esse direito deveria ser garantido de forma contínua, sustentável e adaptada às necessidades nutricionais e culturais das populações, visando, assim, promover dignidade e inclusão social. Além disso, o comitê reforçou novamente que os Estados tinham a obrigação de adotar as medidas necessárias para garantir o acesso a alimentos adequados para todas as pessoas.

O direito à alimentação adequada realiza-se quando cada homem, mulher e criança, sozinho ou em companhia de outros, tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção. O **direito à alimentação adequada não deverá, portanto, ser interpretado em um sentido estrito ou restritivo**, que o equaciona em termos de um pacote mínimo de calorias, proteínas e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada terá de ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os estados têm a obrigação precípua de implementar as ações necessárias para mitigar e aliviar a fome, como estipulado no

parágrafo 2 do artigo 11, mesmo em épocas de desastres, naturais ou não. (ONU, 1999, *grifos nossos*)

Dessa maneira, ao longo do século XX, foi se consolidando um arcabouço legal e teórico que reconheceu a importância de estabelecer medidas para enfrentar a fome em escala internacional. Inicialmente, a preocupação central estava na produção suficiente de alimentos, mas, com o tempo, passou-se a considerar também outros fatores essenciais para garantir a segurança alimentar. Entre eles, destacaram-se a necessidade da garantia do acesso regular e adequado aos alimentos, a responsabilidade dos Estados na efetivação desse direito, e a preocupação com a adequação nutricional e cultural. Essa mudança de perspectiva foi decisiva para compreender o direito à alimentação em sua totalidade, reafirmando-o como um elemento essencial para a dignidade, saúde e bem-estar das populações em nível global.

Com base nessa concepção, o direito à alimentação foi integrado a uma visão mais ampla, que envolve questões econômicas, sociais e culturais, e não apenas a produção ou fornecimento de alimentos. Neste sentido, ficou claro que a concretização desse direito exige a colaboração de diversos atores, como Estados, sociedade civil e organizações internacionais. Em particular, reforçou-se a ideia de que os Estados desempenham um papel central, sendo responsáveis por adotar medidas concretas que garantam o acesso universal a alimentos adequados e nutritivos, o que deveria envolver a criação de políticas públicas eficazes, abrangendo desde a regulação do mercado alimentar até o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis e inclusivas.

Entretanto, é importante considerarmos também que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por um contexto mundial de intensificação do processo de globalização e das políticas neoliberais, que alteraram profundamente a dinâmica global. A globalização favoreceu a industrialização da agricultura, impulsionando uma produção em larga escala voltada, principalmente, para a exportação, o que foi particularmente visível em um período de urbanização acelerada, quando as cidades passaram a ser os principais centros de consumo e distribuição de alimentos. Esse processo, embora tenha aumentado a disponibilidade de alimentos em algumas regiões, também aprofundou as desigualdades sociais.

Nesse contexto, enquanto uma fração da população passou a ter acesso a uma alimentação mais variada e nutricionalmente rica, uma grande parcela enfrentou uma

massificação dos produtos alimentícios, caracterizados por um baixo valor nutricional e alta concentração de produtos industrializados. Esse fenômeno contribuiu diretamente para o aumento da insegurança alimentar e nutricional em escala global, uma vez que milhões de pessoas passaram a depender de alimentos de baixo custo e baixa qualidade, resultando em problemas nutricionais e riscos à saúde.

Para compreender essa dinâmica, é relevante resgatar a perspectiva do geógrafo brasileiro Milton Santos, que caracterizou a globalização como uma “perversidade”. Segundo o autor, ao invés de promover inclusão social e melhoria nas condições de vida, o processo de globalização aprofundou desigualdades econômicas e sociais, agravando a fome, a pobreza e o avanço de enfermidades, especialmente entre as populações mais vulneráveis ao redor do mundo.

De fato, para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a AIDS se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (Santos, 2020, p.19).

Em conjunto com o processo de globalização, o avanço das políticas neoliberais, pautadas na defesa do Estado mínimo e na redução das intervenções públicas, aprofunda as desigualdades econômicas e sociais. A redução de políticas públicas essenciais, combinada com a perpetuação de uma economia global desigual, contribuiu para a precarização das condições de vida, afetando especialmente as populações mais vulneráveis. Nesse sentido, a fome estrutural, antes associada majoritariamente a cenários de guerra na primeira metade do século XX e à insuficiência produtiva, revela-se intrinsecamente ligada à pobreza e à desigualdade social. Esses fenômenos, por sua vez, são resultado de um modelo de desenvolvimento econômico, social e político que favorece a concentração de riqueza e a exclusão de amplas parcelas da população, comprometendo o acesso a direitos fundamentais, como a segurança alimentar.

2.2. A insegurança alimentar no Brasil: entre avanços e retrocessos

A fome no Brasil tem raízes históricas profundas, que remontam ao período colonial e estão intrinsecamente ligadas à concentração fundiária, à monocultura voltada à exportação, à escravidão, à desigualdade social e aos impactos de fenômenos naturais, como a seca. Essas dinâmicas estruturais da fome não passaram despercebidas pela literatura brasileira, que, na primeira metade do século XX, produziu romances marcantes que refletiram sobre o tema. Obras como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, retratam o flagelo da seca e a luta pela sobrevivência no sertão, evidenciando como a fome era frequentemente encarada no país como um fenômeno cíclico e relacionado a problemas climáticos, como as secas periódicas do nordeste.

No campo científico, a década de 1940 marcou um ponto de inflexão na compreensão da fome no Brasil, com o trabalho pioneiro do médico pernambucano Josué de Castro, reconhecido como um dos maiores intelectuais brasileiros a abordar a questão da alimentação. Em *A Geografia da Fome*, publicado em 1946, o autor propôs uma abordagem inovadora ao afirmar a necessidade de tratar a fome como um problema político e estrutural, rompendo com visões que a tratavam como resultado exclusivo de fatores naturais ou climáticos. Além disso, Castro também desafiou o silêncio da ciência sobre o tema até então, propondo uma reflexão crítica e ampla. O autor assim apresentou o seu tema:

O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso e se constitui num dos tabus da nossa civilização. É realmente estranho, chocante, mesmo à observação, o fato de que num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de se escrever e publicar, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome em suas diferentes manifestações. (...) Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura, foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente. (Castro, 2001, p. 20).

Josué de Castro apresentou uma visão transformadora ao demonstrar que a fome não era irremediável nem consequência inevitável da natureza, mas sim o reflexo de desigualdades sociais profundamente enraizadas na sociedade brasileira e que, portanto, necessitava ser estudada e compreendida. Por meio de evidências extraídas de diversas áreas do conhecimento e utilizando uma metodologia eminentemente geográfica, Castro propôs

uma divisão do território brasileiro em cinco regiões, para “estudar o problema em sua realidade total, sem arrebentar-lhe as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida dos povos” (2001, p. 24).

Esse método viabilizou uma análise abrangente, considerando não apenas as características físico-naturais das regiões brasileiras, mas também os aspectos sociais que contribuíam para a persistência da fome em cada uma delas. Ao situar geograficamente esse fenômeno, Josué de Castro conseguiu ir além da simples descrição do problema, construindo um panorama detalhado que interligava fatores regionais, econômicos, políticos e ambientais, além de descrever os diferentes regimes alimentares e as carências nutricionais existentes no país. Como resultado, o autor elaborou o primeiro mapa da fome do Brasil.



Outra importante contribuição de Josué de Castro foi a compreensão da fome em duas dimensões: epidêmica e endêmica. A fome epidêmica, ou absoluta, ocorre em contextos de escassez total de alimentos, levando a uma desnutrição severa e, em casos extremos, à morte. Já a fome endêmica, ou oculta, manifesta-se de forma permanente e é caracterizada pela deficiência de nutrientes essenciais para o corpo humano, mesmo quando a ingestão calórica é adequada. Essa carência nutricional compromete a saúde e pode igualmente levar à morte,

embora de forma mais gradual. No mapa elaborado pelo autor, podemos verificar que esse tipo de fome estava localizado sobretudo nas regiões norte e nordeste do país.

Essa distinção entre os diferentes tipos de fome foi fundamental para evidenciar que o enfrentamento desse problema não poderia se restringir ao fornecimento de alimentos em quantidade suficiente, mas deveria, necessariamente, incluir a garantia da qualidade nutricional das refeições para toda a população. Com base nessa compreensão, Josué de Castro argumentava que a erradicação da fome demandava não apenas soluções emergenciais, mas políticas estruturais e abrangentes, sustentadas por um compromisso efetivo com a justiça social e a igualdade em todo o território brasileiro. Nesse sentido, os primeiros instrumentos dessa modalidade de política social no país foram delineados sob a sua influência.

Em 1940, durante o Estado Novo (1937-1945), Castro ajudou a planejar e dirigiu por dois anos o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), por meio do qual o governo buscava enfrentar o problema da fome, ainda que focado principalmente na classe operária. Dentre as medidas implementadas, destacam-se a criação de restaurantes populares e postos de venda de alimentos a preços reduzidos, destinados a trabalhadores com famílias numerosas. No entanto, sete anos após a sua criação, o SAPS foi esvaziado, passando a ter funções bem mais pontuais (Takagi, 2006).

Nos anos 1950, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) apresentou o Plano Nacional de Alimentação, que pode ser considerado um embrião do planejamento nutricional brasileiro (Vasconcelos, 2005). Esse plano teve como foco principal a assistência alimentar e nutricional para o grupo materno-infantil, com um segundo foco voltado para escolares e trabalhadores. No entanto, a falta de estrutura e apoio político adequado limitou significativamente a eficácia e a abrangência das ações propostas.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o Brasil passou pelo intenso processo de modernização agrícola impulsionado pela Revolução Verde, que incentivou o uso de insumos químicos, mecanização e expansão das monoculturas voltadas para exportação. Conforme destacado na seção anterior, acreditava-se que esse processo resultaria em um aumento da produtividade e, conseqüentemente, em uma redução da fome. No entanto, isso não se concretizou. De acordo com Takagi (2006), apesar de ter havido um crescimento expressivo

da produção agrícola, a desigualdade também aumentou significativamente, o que significou a manutenção de condições agudas de fome e desnutrição para grande parte da população.

Em 1972, houve a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), marcando uma nova fase ao implementar programas direcionados a grupos vulneráveis. Foi também responsável por propor e fiscalizar o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), que buscava promover suplementação alimentar a determinados grupos da população, como gestantes, com a promoção do aleitamento materno, e crianças, com a vigilância nutricional. Este programa seria ampliado em 1976 (II PRONAN), contemplando políticas de amparo ao trabalhador e ao pequeno produtor rural.

Apesar da inovação do II PRONAN, a falta de recursos e o foco em políticas econômicas que favoreciam a concentração de renda e terras comprometeram sua execução. Assim, o programa foi fragilizado pela desarticulação entre os setores envolvidos e pela subordinação de interesses sociais aos econômicos — cenário que ainda hoje se mantém nas políticas públicas de alimentação no Brasil (Pinheiro; Carvalho, 2010). Essa contradição refletiu-se na década de 1980, período marcado pelo enfraquecimento do INAN e pela marginalização das políticas de alimentação e nutrição nas prioridades governamentais.

O governo Collor de Mello (1990-1992) consolidou as bases do neoliberalismo no Brasil, promovendo a redução da intervenção estatal, especialmente nas políticas sociais, e ampliando a autonomia do mercado. Essa abordagem resultou no desmantelamento de instituições públicas e na desestruturação de programas sociais. No que tange às políticas relacionadas à alimentação e nutrição, o resultado não foi diferente, com a extinção de quase todos os programas de alimentação e nutrição então existentes (Peliano, 2022). Dos 12 programas federais existentes em 1989, apenas três permaneceram ativos ao final do governo (Valente, 1996).

Por outro lado, ainda nos anos 1990, importantes debates ganharam força, particularmente por meio de iniciativas lideradas por movimentos da sociedade civil. Entre eles, destaca-se a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza - também conhecido como Betinho. Essa iniciativa trouxe à tona o debate sobre a exclusão social e a cidadania, reforçando a importância do direito à alimentação e conseguindo mobilizar diversas esferas da sociedade ao longo de vários anos, exercendo também pressão sobre o governo.

Como resposta imediata, o governo Itamar Franco (1992-1995) colocou o combate à fome e à miséria entre as prioridades de sua gestão, criando o primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Composto por representantes da sociedade civil, o Consea tinha a função de assessorar a formulação de propostas e a implementação de ações voltadas à erradicação da fome e da miséria no país. Com isso, o tema da alimentação voltou a ganhar maior visibilidade na agenda política e na mídia nacional. Outra iniciativa importante desse período foi a realização, em 1994, da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que se tornou um marco no debate sobre o direito à alimentação no Brasil (Yazbek, 2004), uma vez que sinalizou a necessidade de estruturar uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Em 1995, contudo, o CONSEA foi extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que lançou, em sua substituição, o Programa Comunidade Solidária. Em teoria, essa iniciativa visava fortalecer a parceria entre Estado e sociedade e ampliar o foco de atuação para além da questão alimentar, contemplando outros elementos e integrando uma série de projetos governamentais em áreas como alimentação escolar, agricultura familiar e saneamento básico (Grisa, 2012). No entanto, conforme aponta Maluf,

(...) o que parecia ser um movimento lógico em direção a um programa social mais abrangente, de fato, submergiu às prioridades gerais do governo de então, que foram em direção contrária à incorporação da SAN como objetivo estratégico orientador de políticas públicas. A rigor, a mudança significou retrocesso no trato da questão alimentar, pois resultou na sua retirada dos temas que figuravam com destaque na agenda política nacional. (Maluf, 2007, p.85)

Apesar deste contexto, é válido destacar a elaboração do Relatório Brasileiro para a Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996, como um momento que contribuiu para um grande avanço no debate sobre segurança alimentar no Brasil. Esse relatório propôs uma nova e ampla definição de segurança alimentar, que passaria a ser amplamente aceita no país, especialmente após a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que seria realizada em 2004. Como destacado no documento:

Segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna no contexto do desenvolvimento

integral da pessoa humana. A segurança alimentar há de ser, então, um objetivo nacional – bem como internacional – básico e estratégico. Deve permear e articular, horizontal e verticalmente, as políticas e ações das áreas econômica e social e ser perseguida por todos os segmentos da sociedade em parceria com os governos ou em iniciativas cidadãs (Brasil, Ministério de Estado e Relações Exteriores, 1996, p.41).

Em que pese todos os avanços mencionados, o Brasil entrou no século XXI com um contingente de 23 milhões de pessoas que ainda não possuíam renda suficiente para garantir uma alimentação adequada (Barros et al, 2000). Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a Presidência da República, colocando a segurança alimentar e nutricional e o combate à fome como prioridades centrais de seu governo. Em conformidade com essa posição, como um de seus primeiros atos, Lula reinstala o CONSEA, reforçando o seu papel como um dos órgãos mais essenciais ao combate à fome no Brasil.

Além disso, o recém empossado presidente também convoca a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Durante o evento, realizado em Olinda, Pernambuco, no ano de 2004, foi proposta a criação da importante Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que estabeleceu, como já mencionado, oficialmente o conceito de "Segurança Alimentar e Nutricional" (SAN) que passaria a ser aceito no país. Como definido pela lei:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (Brasil, 2006).

Além disso, a LOSAN também teve como objetivo ser um instrumento mais permanente, que impedisse que fossem feitas, por governos futuros, mudanças em todo o sistema de segurança alimentar criado até então. Por isso, esse ato entrou para a história das conquistas sociais no Brasil, carregando em si uma teia de significados ao elevar o acesso à alimentação à condição de política de estado permanente, como havia sido tanto defendida por Josué de Castro. Alguns anos depois, em 2010, a alimentação finalmente passou a ser contemplada na Constituição Federal de 1988, através da emenda constitucional nº 64.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2015, *grifos nossos*).

Em 2014, o Brasil alcançou um marco histórico ao sair oficialmente do Mapa da Fome da ONU, resultado de esforços contínuos que demandaram anos de esforços na implementação de políticas públicas. No entanto, essa conquista foi revertida em pouco tempo. Nos anos seguintes, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar voltou a crescer, evidenciando a fragilidade de tais avanços diante de mudanças políticas, econômicas e sociais que impactam diretamente a realização desse direito fundamental.

Segundo dados do IBGE, houve um crescente aumento da pobreza no país nos últimos anos. Em 2016 eram 52,8 milhões de pessoas em situação de pobreza, número que passou para 54,8 milhões em 2017 (IBGE, 2018). Desde o golpe de Estado em 2016 e, principalmente, desde janeiro de 2019, essa realidade foi se agravando com o aumento dos índices de pobreza resultante da crescente imposição da ortodoxia neoliberal sobre a gestão governamental, implicando o desmonte das políticas de segurança alimentar e nutricional (Petersen & Monteiro, 2020).

Em 2018, mesmo com o alerta da ONU aos países da América do Sul sobre o aumento da pobreza e conseqüentemente da fome nos últimos anos, já não se encontrava qualquer menção à erradicação da fome em nenhuma das páginas do plano apresentado pelo governo brasileiro durante as eleições (TSE, 2018). Em 2019, uma das primeiras reformas governamentais foi a extinção do CONSEA, demonstrando o seu posicionamento de não continuidade aos programas governamentais construídos nos anos anteriores para assegurar o direito humano à alimentação. Em decorrência disso, ainda no ano de 2019, o Brasil retornou ao Mapa da Fome.

No início de 2020, o mundo foi confrontado pela pandemia da Covid-19, que desencadeou uma série de crises simultâneas: sanitária, econômica, política, social e ambiental (De Paula, Zimmermann, 2021). Juntas, essas crises trouxeram consigo o “vírus da fome” (Oxfam, 2020), agravando ainda mais a situação de um mundo já famélico. No Brasil, essa realidade não foi diferente, e a fome atingiu níveis alarmantes. De acordo com o 1º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19

(Rede PENSSAN, 2021), o número de pessoas em situação de fome no país saltou de 9,5 milhões para 19 milhões em 2020 — o que fez com que a fome retornasse aos índices observados em 2004. Já no 2º Inquérito (Rede PENSSAN, 2022), a pesquisa apontou que 33 milhões de brasileiros encontravam-se em situação de insegurança alimentar grave ou de desnutrição severa, com 58% da população em algum nível de insegurança alimentar.

Esses números alarmantes evidenciam que as privações geradas pela pandemia do Coronavírus intensificaram o cenário já existente de empobrecimento e de fome no país. O relatório *Dignidade, não Indigência*, da Oxfam, publicado em 2020, destaca que fatores como o aumento acentuado nas taxas de pobreza e desemprego, os cortes radicais nos orçamentos destinados à agricultura e à proteção social, a redução do programa Bolsa Família e o desmantelamento de políticas públicas destinadas a combater a pobreza, como o CONSEA, foram determinantes para o estabelecimento desse quadro crítico.

Diante disso, a desigualdade social emerge como o principal fator determinante, já que, durante a pandemia, uma grande parcela da população enfrentou dificuldades para acessar alimentos saudáveis e nutritivos, limitando as suas escolhas alimentares e, conseqüentemente, comprometendo a sua saúde. O aumento do desemprego, somado ao baixo poder aquisitivo, impediu que muitas famílias tivessem acesso regular a alimentos, e, àquelas que tinham, que adquirissem alimentos saudáveis e variados, o que favoreceu o consumo de produtos processados e ultraprocessados, que são mais baratos, mas carecem de valor nutricional.

José Graziano da Silva, ex diretor-geral da FAO, destacou esse fenômeno ao afirmar: “muitas famílias têm preferido comprar alimentos industrializados, durante a quarentena, visando prolongar a duração da despensa, como um ajuste financeiro.” (SILVA, 2020). A questão é que esses produtos tendem a ser menos nutritivos do que os alimentos frescos, aumentando a vulnerabilidade nutricional e, potencialmente, os riscos de complicações de saúde, inclusive diante da Covid-19. Cria-se, assim, um ciclo de retroalimentação da desigualdade: os mais vulneráveis tornam-se mais suscetíveis a doenças e à insegurança alimentar, reforçando sua condição de precariedade.

Mesmo após o período mais crítico da pandemia, a insegurança alimentar segue como um problema persistente no Brasil. Embora os índices tenham apresentado alguma melhora, o país, que figura entre os maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo, ainda

convive com uma significativa parcela da população sem acesso regular à alimentação adequada. Esse contraste reforça o que discutimos na seção anterior: na contemporaneidade, a fome não decorre da insuficiência na produção de alimentos, mas sim da desigualdade na distribuição de recursos. Neste sentido, e em particular no contexto brasileiro, a insegurança alimentar é também um reflexo de desigualdades estruturais históricas, que permanecem enraizadas apesar de avanços pontuais em determinadas áreas.

É importante destacar que o impacto da pandemia de Covid-19 só não foi ainda mais devastador devido à atuação de diversas redes de solidariedade, organizadas por movimentos sociais e outras iniciativas da sociedade civil. Essas redes assumiram, em grande parte, o papel do Estado que, entre 2019 e 2022, esteve marcado pelo negacionismo e pela desarticulação das políticas de segurança alimentar. Diante da omissão governamental, essas iniciativas buscaram garantir condições mínimas de sobrevivência às populações mais afetadas. O próximo capítulo se dedicará a analisar uma dessas iniciativas: as cozinhas solidárias da Campanha Mãos Solidárias.

CAPÍTULO III

A PESQUISA EMPÍRICA NO PROJETO MÃOS SOLIDÁRIAS

No capítulo anterior, buscamos evidenciar como a fome passou a ser reconhecida, desde as primeiras décadas do século XX, como um problema de alcance global, exigindo, portanto, medidas igualmente globais para seu enfrentamento. Para isso, foi fundamental considerar não apenas a dimensão da produção de alimentos, mas, sobretudo, a questão do acesso a eles. No Brasil, a implementação dessas medidas enfrenta inúmeros desafios, sendo impactada tanto pelas instabilidades governamentais quanto pela influência da agenda política global. Como consequência, mesmo com o reconhecimento da fome em diversos instrumentos jurídicos e políticas públicas, ela permanece como um problema que afeta uma parcela significativa da população mundial, incluindo um grande contingente de brasileiros.

Conforme também discutido na seção anterior, durante a pandemia de Covid-19, a insegurança alimentar atingiu níveis alarmantes em diversas partes do mundo, criando um cenário crítico em contextos socioeconômicos já fragilizados. Na América Latina e no Caribe, o impacto da pandemia foi particularmente grave, com o aumento do desemprego e da inflação contribuindo para a elevação dos índices de insegurança alimentar. Em 2020, estima-se que cerca de 10% da população dessas regiões tenha enfrentado dificuldades severas no acesso a alimentos (FAO et al., 2021). Esse cenário de crise sanitária, social e econômica exacerbou a desigualdade, aprofundando as dificuldades de acesso a alimentos para muitas famílias, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade.

Simultaneamente, a pandemia também impactou significativamente o trabalho de cuidado, alterando as dinâmicas sociais e as redes de apoio que sustentam a reprodução social. A necessidade de isolamento, somada à alta demanda pelos serviços de saúde, levou ao fechamento temporário de muitas instituições de cuidado, como creches, lares de idosos e centros comunitários, interrompendo o suporte essencial que forneciam a muitas famílias. Nesse contexto, a crise sanitária se tornou também uma crise da própria reprodução social (Lyra, 2021:53). Com crianças e idosos em casa, sem apoio de serviços de cuidado, as famílias precisaram se readaptar para dar conta de suas diversas responsabilidades, muitas vezes com o mínimo de apoio social e coletivo.

Foi exatamente em resposta a esse cenário de crise alimentar e de fragilização das redes de cuidado durante a pandemia de Covid-19, e diante da ausência ou insuficiência de

políticas públicas eficazes no Brasil que garantissem os direitos básicos à população, que surgiu a Campanha Mãos Solidárias: uma iniciativa coletiva e popular que buscava assegurar alimentação a populações em situação de grande vulnerabilidade. O presente capítulo se dedicará à apresentação e análise da pesquisa realizada sobre esse projeto, com ênfase em uma das cozinhas solidárias, localizada na Vila dos Milagres, no Ibura.

3.1. Percorso Metodológico

A pesquisa foi de abordagem qualitativa e de nível exploratório. A escolha por uma abordagem qualitativa teve como intuito captar aspectos mais sensíveis relacionados às vivências e experiências das mulheres nas cozinhas. Como destaca Minayo (2001), esse modelo de pesquisa permite acessar um nível de realidade que não pode ser reduzido a números, enfocando os significados, valores, crenças e representações que permeiam o universo das práticas humanas. Entendemos que esse olhar é indispensável para entender as relações e intencionalidades que atravessam a atuação voluntária das mulheres nas cozinhas solidárias, bem como os contextos comunitários em que se encontram.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (...) O universo da produção humana pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa (...). (Minayo, 2001, p. 21)

Para a coleta de dados primários, a principal técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada. Conforme explica Manzini (1991, p. 154), essa técnica se concentra em um tema específico, para o qual se elabora um roteiro contendo perguntas principais, complementadas por outras questões que podem surgir no decorrer da conversa, conforme o contexto da entrevista. Esse formato permite que as informações se revelem de maneira mais espontânea, sem que as respostas fiquem restritas a um conjunto padronizado de opções. Assim, a flexibilidade desse método enriquece a pesquisa, possibilitando a exploração de novas perspectivas a partir das falas das pessoas entrevistadas.

Foi por meio desse instrumento, portanto, que se buscou explorar de maneira mais aprofundada a narrativa do entrevistado e das entrevistadas a respeito do surgimento e os modos de funcionamento da Campanha Mãos Solidárias, bem como as experiências e percepções das mulheres sobre a sua atuação nas cozinhas solidárias. O objetivo foi captar não apenas as práticas desenvolvidas, mas também os significados atribuídos ao cuidado coletivo. Além disso, procurou-se contextualizar a cozinha solidária dentro de seu contexto, compreendendo as dinâmicas sociais e territoriais em que estão inseridas.

Sendo assim, a coleta de dados foi estruturada em duas etapas. Na primeira, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o coordenador estadual da campanha Mãos Solidárias. Essa etapa foi importante para entender o contexto de surgimento da iniciativa e seus modos de funcionamento. Além disso, esse primeiro contato também foi importante para facilitar a imersão da pesquisadora no projeto, criando outros contatos e possibilitando a organização da segunda etapa da pesquisa, que consistiu na visita à cozinha localizada na Vila dos Milagres, onde foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com as mulheres atuantes nessa cozinha.

Na análise dos dados resultantes dessa segunda etapa da pesquisa, as entrevistadas serão identificadas de forma codificada para preservar as suas identidades. Cada uma será referida como “participante”, seguida de um número. Por exemplo, a primeira entrevistada será identificada como “P1”, a segunda como “P2”, e assim sucessivamente. Esse método assegura a clareza e a uniformidade na apresentação dos dados, garantindo ao mesmo tempo a confidencialidade das informações. Os roteiros utilizados para as duas etapas de entrevistas estão anexados no final deste trabalho, nos apêndices A e B, respectivamente.

3.2. Mapeamento das cozinhas solidárias do Mãos Solidárias

Conforme mencionado, a primeira etapa da pesquisa empírica foi realizada por meio de uma entrevista semiestruturada com Paulo Mansan, coordenador estadual da campanha Mãos Solidárias e membro da direção do MST. A entrevista ocorreu na Cozinha do Armazém do Campo, situada no bairro de Santo Antônio, no centro do Recife. Durante o diálogo, o entrevistado compartilhou informações detalhadas sobre o projeto, o que possibilitou a exploração do primeiro objetivo específico da pesquisa: *mapear as cozinhas solidárias vinculadas ao projeto, identificando seus modos de organização e funcionamento.*

De acordo com o entrevistado, a iniciativa de criação do Mãos Solidárias surgiu nas primeiras semanas da pandemia de Covid-19 no Brasil, no início de 2020, como uma resposta emergencial ao agravamento da fome entre as camadas mais vulneráveis da população, o que foi agravado pela crise sanitária e econômica do período. Diante desse cenário, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) mobilizaram diversos grupos, coletivos e indivíduos que já tinham atuação em várias comunidades do Recife para organizar ações de distribuição de marmitas, garantindo alimentação àqueles em situação de necessidade.

Logo no começo da pandemia, a gente percebeu que a fome estava aumentando muito rápido, principalmente entre as pessoas que já viviam em uma situação de precariedade. Muita gente perdeu seus empregos, muita gente ficou sem renda, sem ter como garantir o básico para comer, e foi por causa disso que a gente decidiu agir. O MST, junto com outros movimentos, outros coletivos, que já tinham presença forte em algumas comunidades do Recife, começou a se organizar pra produzir e distribuir marmitas. Foi uma resposta imediata, porque a fome não pode esperar, e a gente sabia que, se não fizesse nada, a situação só ia piorar. (fala do entrevistado)

Entre os grupos envolvidos, além do MST, o entrevistado destacou a participação da Arquidiocese de Olinda e Recife, da Turma do Flau, do grupo Unificados Pelo Povo em Situação de Rua, da Frente Brasil Popular, da ONG Centro Sabiá, de representantes sindicais e de outros movimentos sociais diversos que foram se juntando à campanha ao longo dos meses, conforme esta última foi se expandindo para outros bairros do Recife.

No início, a campanha concentrou seus esforços na produção e distribuição de uma grande quantidade de marmitas, utilizando como base a cozinha do Armazém do Campo, um antigo casarão no centro da cidade, que, atualmente, funciona como restaurante e espaço cultural sob a gestão do MST. Segundo o entrevistado, o público atendido nesse período era formado por moradores dessa região e por pessoas em situação de rua. Para esses grupos, a campanha chegou a distribuir, em média, 1500 refeições diárias, com o objetivo de garantir as três refeições diárias — café da manhã, almoço e jantar —, embora nem sempre fosse possível suprir todas as refeições.



Fonte: Página do Mãos Solidárias Pernambuco no Instagram⁸

Em conformidade com as diretrizes de segurança da Organização Mundial da Saúde (OMS) para o período da pandemia, como é possível observar nas imagens acima, a entrega das marmitas seguia os protocolos sanitários, incluindo o distanciamento social e a utilização de máscaras. Além disso, as voluntárias e os voluntários eram orientados a não participar das atividades caso apresentassem sintomas como dor na garganta, espirro, tosse ou resfriado. Para tornar-se voluntário, também era necessário não pertencer ao grupo de risco.

O entrevistado também contou que, no início da campanha, a obtenção de alimentos para o preparo das marmitas era garantida por meio de doações da sociedade e pela articulação direta com produtores rurais, incluindo de assentamentos do MST. Além de alimentos, segundo ele, a campanha também mobilizava a arrecadação de utensílios de cozinha, produtos de limpeza e outros itens essenciais, como água mineral, colchões, roupas, kits de higiene, lonas, brinquedos e barracas. Esses esforços visavam atender às necessidades básicas de populações em situação de vulnerabilidade, cujas condições foram, conforme já mencionado, drasticamente agravadas pela pandemia.

Segundo o entrevistado, esse núcleo inicial da cozinha do Armazém do Campo foi essencial para o início das atividades, uma vez que foi a partir dessa cozinha que o projeto começou a ganhar força e atrair novos voluntários. Por essa razão, ele a chamou de “cozinha mãe” das cozinhas solidárias.

A gente costuma dizer que essa aqui é a cozinha mãe, porque foi daqui que tudo começou. Ela tem um simbolismo muito forte pra gente, foi o ponto de partida. Foi aqui que a gente se organizou,

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/maossolidarias.pe/> Acesso em: 1 fev. 2025.

conseguiu atrair os primeiros voluntários e a partir dela é que todas as outras ações começaram a surgir. (fala do entrevistado).

Com o crescente envolvimento de novos agentes — muitos deles já engajados em ações comunitárias —, a campanha Mãos Solidárias começou a se expandir, abrangendo outras comunidades do Recife e da Região Metropolitana. Além disso, o movimento também passou a se expandir para outras cidades em Pernambuco, como Moreno, Caruaru, Petrolina e Serra Talhada. Ao longo dos meses, essa expansão não só possibilitou a ampliação da distribuição de marmitas nessas novas áreas, alcançando um número maior de pessoas necessitadas, como também levou a implementação de outras iniciativas, como a distribuição de cestas básicas para famílias, a criação de uma rede de bancos de alimentos em diversas comunidades, e a implementação de hortas comunitárias.

De acordo com o entrevistado, foi pouco mais de um ano após o início da Campanha Mãos Solidárias que o projeto iniciou a implementação das cozinhas solidárias propriamente ditas, para além da “cozinha mãe” no Armazém do Campo, no centro do Recife. A primeira delas foi a Cozinha Popular das Palafitas, localizada nas palafitas que margeiam a bacia do Pina. Como explicou o entrevistado:

Até aquele momento, a gente tava mais focado na população em situação de rua, entregando as marmitas solidárias. Aí a gente continuou com a marmita, mas também fomos ampliando até que conseguimos levantar a primeira cozinha solidária popular, nas palafitas do Pina. (fala do entrevistado).

A criação dessa cozinha, como contou o entrevistado, não foi um processo fácil para as voluntárias e os voluntários da campanha. Nesse local, inicialmente, as refeições precisavam ser enviadas por meio do chamado "barco solidário", que transportava marmitas e/ou sacos de alimentos provenientes da “cozinha mãe” ou de outros bancos de alimentos para a população moradora das palafitas.



Fonte: Página do Mãos Solidárias Pernambuco no Instagram⁹

No entanto, após algum tempo, os moradores do local foram incentivados a formar agentes populares de saúde, o que levou à proposta de implantação de uma cozinha no local, permitindo que a própria comunidade pudesse participar no preparo dos alimentos. Esse processo culminou, então, na criação da Cozinha Solidária das Palafitas, cuja estruturação exigiu ainda muitas doações para garantir condições adequadas de funcionamento no local. Com a implementação desse novo espaço, as refeições passaram a ser preparadas e embaladas diretamente no espaço da cozinha, fortalecendo a autonomia local.

Além disso, após algum tempo, a campanha também conseguiu, por meio de novas parcerias com outros movimentos sociais e com o apoio do Governo de Pernambuco, começar a viabilizar alguns cursos de formação para as comunidades, ampliando ainda mais o impacto da ação. Um desses cursos foi o de *agentes populares de saúde*, cujo objetivo era formar lideranças comunitárias para atuar no enfrentamento da disseminação do vírus. Outro curso oferecido foi o de *agentes populares no desenvolvimento de territórios saudáveis e sustentáveis*, com um foco maior na comunicação e na educação popular, visando formar os participantes para promover mudanças duradouras nas suas comunidades.

Ao longo dos meses, a rede de cozinhas solidárias continuou a se expandir, alcançando cada vez mais comunidades em diferentes bairros do Recife e da Região Metropolitana. O entrevistado mencionou locais como: Brasília Teimosa, Casa Amarela, Ibura, Campo Grande, São José, Olinda, Camaragibe e Paulista. De acordo com o entrevistado, essa expansão refletiu a capacidade do projeto de articular diferentes atores sociais, como lideranças comunitárias e movimentos populares.

O Mãos Solidárias só conseguiu crescer porque foi fazendo parcerias e se somando a outros grupos que já atuavam nas comunidades. Era

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/maossolidarias.pe/>. Acesso em: 1 fev. 2025.

gente que já tava engajada, que já tinha contato, já conhecia o lugar e acabou abraçando também a nossa causa. (fala do entrevistado)

Um aspecto que se destacou muito nas falas do coordenador foi a importância da mobilização das próprias comunidades, que, em conjunto com os demais líderes e voluntários do Mãos Solidárias, foi um elemento fundamental para o sucesso das iniciativas. O entrevistado também enfatizou repetidamente a importância da solidariedade e da ação voluntária na manutenção das cozinhas e no fortalecimento da campanha.

Tudo é feito por meio de trabalho solidário. Quem faz a comida são as próprias pessoas da comunidade e voluntários que o Mãos articula para chegar até o espaço. Não existem pessoas remuneradas. (fala do entrevistado).

Além disso, o entrevistado também ressaltou a necessidade de incentivar a autonomia das próprias comunidades envolvidas, destacando a importância de sua articulação contínua para a sustentabilidade das ações, como evidencia a fala a seguir:

O que a gente sempre reforça é que nosso papel não é simplesmente chegar e montar um banco de alimentos ou uma cozinha na comunidade. A ideia é levar a proposta, sim, mas o mais importante é que os próprios moradores se apropriem do projeto, se organizem e toquem ele para frente. A gente acredita que essa autonomia é muito importante, porque não adianta depender de um grupo externo o tempo todo. Por isso que a gente também promove os cursos, as formações, esses momentos de troca de conhecimento com a comunidade. E isso tem dado certo. Apesar de algumas dificuldades, claro. Mas hoje, as cozinhas que conseguem se manter mais ativas, é por causa disso, porque as comunidades assumiram esse compromisso. (fala do entrevistado).

Quando perguntei se as mulheres das comunidades eram as que mais participavam das cozinhas, o entrevistado destacou que o projeto não faz qualquer distinção de gênero em suas atividades, mas reconheceu que, na maioria das comunidades em que as cozinhas são implementadas, são as mulheres que acabam tendo um papel central. Em muitas das cozinhas, são as mulheres da própria comunidade que estão na linha de frente, assumindo o preparo dos alimentos e tomando para si a responsabilidade de cozinhar e organizar as marmitas que serão distribuídas para a população.

Um outro aspecto importante que emergiu na fala do entrevistado foi sua resposta sobre a frequência de funcionamento das cozinhas solidárias. Questionei se elas operavam diariamente, se ofereciam apenas algumas refeições por semana ou se todas seguiam a mesma regularidade. Em resposta, o coordenador explicou que, atualmente, as doações espontâneas diminuíram consideravelmente em comparação ao período da pandemia. Segundo a sua percepção, essa queda se deve ao fato de que, naquela época, a gravidade da situação sensibilizou mais as pessoas, resultando em um maior engajamento nas doações.

As doações caíram muito desde a pandemia. Naquele período as pessoas estavam mais tocadas, mais sensíveis com a situação, porque tinha muita notícia no jornal também. Mas agora as doações diminuíram muito. A gente continua pedindo e tentando mobilizar a população para doar, mas acabamos tendo que nos virar de outras maneiras também. Por exemplo, nem sempre dá para entregar comida saudável para as pessoas. É claro que a gente tenta, esse é o nosso objetivo, oferecer comida de verdade, mas se a gente receber uma doação de salsichas, por exemplo, a gente não joga fora. (fala do entrevistado).

Para garantir a continuidade do projeto diante da diminuição das doações, o entrevistado contou que a campanha passou a depender essencialmente de duas estratégias centrais para a arrecadação de alimentos.

Agora a gente depende de duas frentes pra manter a cozinha funcionando: dos voluntários que vão na CEASA conversar com os feirantes e conseguir doações, e da distribuição de alimentos que vêm do PAA. (fala do entrevistado).

No entanto, como o coordenador destacou posteriormente, nenhuma dessas fontes é estável. O PAA apresenta alguns entraves burocráticos, bem como uma falta de regularidade; e as doações na CEASA dependem tanto da disponibilidade de tempo dos voluntários para ir buscar os alimentos e distribuí-los por todas as cozinhas, como da boa vontade e solidariedade dos feirantes em contribuir.

Devido a essas dificuldades e à irregularidade na obtenção de alimentos, o entrevistado destacou que as cozinhas solidárias têm enfrentado sérios desafios para manter um funcionamento constante. Ele mencionou que muitas delas acabam operando apenas em dias específicos durante a semana ou até mesmo em intervalos maiores, servindo, quando estão ativas, no máximo uma refeição por dia. Além disso, para garantir o seu funcionamento,

as cozinhas passaram a depender de parcerias com outros grupos e organizações, sendo que, muitas vezes, cada cozinha acaba encontrando suas próprias formas de conseguir os alimentos necessários.

Além disso, a irregularidade das doações impacta não só a quantidade de refeições oferecidas, mas também a qualidade nutricional delas. Como o entrevistado enfatizou, embora o objetivo seja sempre oferecer uma alimentação saudável, ou como ele mesmo chamou, ‘comida de verdade’, a realidade das doações muitas vezes exige adaptações. Algumas vezes, as cozinhas se veem obrigadas a incluir produtos ultraprocessados, como enlatados, nas refeições que distribuem, para garantir que haja o suficiente para todos.

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados, o coordenador enfatizou que a campanha Mãos Solidárias expandiu de forma significativa desde a sua criação, atingindo mais de 20 comunidades na Região Metropolitana do Recife e diversas outras localidades em Pernambuco. Além disso, seu impacto ultrapassou as fronteiras estaduais. Originalmente criado em Pernambuco, o Mãos Solidárias se consolidou como um movimento de abrangência nacional, estendendo suas ações a quase todos os estados do Brasil e fortalecendo redes de solidariedade em diferentes territórios e comunidades.

A partir do relato do coordenador, foi possível perceber que a campanha tem conquistado relevância no enfrentamento da insegurança alimentar, com as cozinhas solidárias desempenhando um papel central nesse processo. Também é possível afirmar que as cozinhas têm se expandido para além de seu objetivo inicial de preparo e distribuição de alimentos, refletindo um processo de maior autonomia das comunidades. Esse movimento tem gerado novos projetos que não só fortalecem a formação comunitária e a organização social, mas também consolidam a luta pelo direito a uma alimentação — e a uma vida — mais digna.

Tabela 1 - Mapeamento das cozinhas solidárias.

COZINHA	LOCALIZAÇÃO	INAUGURAÇÃO
Cozinha Solidária Popular das Palafitas	Pina	Novembro de 2021
Cozinha Solidária Popular do Chapéu do Papa	Ibura	Abril de 2022

Cozinha Solidária Popular da Ilha do Joaneiro	Campo Grande	Maio de 2022
Cozinha Solidária Popular Bondade de Deus II	Camaragibe	Maio de 2022
Cozinha Solidária Popular da Vila dos Milagres	Ibura	Maio de 2022
Cozinha Solidária Popular de Tabajara	Olinda	Fevereiro de 2023
Cozinha Solidária Popular Vale da Paz	Paulista	Março de 2023
Cozinha Solidária Popular Frei Beda	Brasília Teimosa	Julho de 2023
Cozinha Solidária Popular Alto do Refúgio	Casa Amarela	Agosto de 2023
Cozinha Solidária Popular das Palafitas do Bode (Josué de Castro)	Pina	Novembro de 2023
Cozinha Solidária Popular da Comunidade do Papelão	São José	Dezembro de 2023
Cozinha Solidária Popular da Vila Manchete	Olinda	Setembro de 2024
Cozinha Solidária Popular de Dois Irmãos	Dois Irmão	Setembro de 2024

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3. A atuação das mulheres na Cozinha Solidária da Vila dos Milagres

Conforme indicado anteriormente, a segunda etapa da pesquisa empírica foi realizada na Cozinha Solidária da comunidade Vila dos Milagres, localizada no Ibura, no Recife. Essa etapa nos permitiu explorar o segundo e o terceiro objetivos específicos de nossa pesquisa: (ii) *identificar e descrever a participação das mulheres nas cozinhas solidárias, destacando o trabalho voluntário e suas implicações de gênero*; e (iii) *coletar as percepções das mulheres a respeito do papel das cozinhas solidárias na comunidade e no enfrentamento à insegurança alimentar*.

No dia marcado para a visita à cozinha, embora o coordenador do Mãos Solidárias tivesse me alertado sobre as dificuldades para acessar a comunidade devido à presença de facções, minha chegada ao local foi tranquila. Fui orientada a me identificar com a camisa da universidade e/ou com o boné do MST, e assim o fiz. Cheguei ao espaço no dia e horário combinados: dia 21 de janeiro, às 10 horas, na Cozinha Solidária da Vila dos Milagres.

Ao chegar ao local, encontrei-me com P1, com a intenção inicial de reconhecer a comunidade e explorar os arredores da cozinha. No entanto, P1 reforçou o alerta previamente dado pelo coordenador, informando que a comunidade atravessava um momento delicado devido a uma recente troca de tiros entre facções rivais. Ela enfatizou que subir a rua seria arriscado, e, diante disso, optamos por uma breve caminhada pelos arredores da cozinha. Durante o trajeto, observei diversas casas com as portas abertas, onde algumas mães e filhos se reuniam à entrada, e vizinhas interagiam entre si. Havia uma sensação de proximidade, e todas pareciam conhecer e cumprimentar P1.

Após a caminhada, entramos efetivamente na cozinha solidária, que fica situada nos fundos da casa de P1, de forma totalmente integrada à sua residência. Ela começou a me apresentar o espaço onde preparam as marmitas, equipado com uma grande bancada, algumas panelas, um fogão grande e dois freezers. Em um armário no canto da cozinha, encontravam-se muitos sacos com alimentos, como arroz, feijão, cuscuz e óleo.

Com entusiasmo, P1 compartilhou que a cozinha estava na expectativa de receber, em breve, uma doação de novos equipamentos do Banco do Brasil. Ela enfatizou a importância disso, pois grande parte do material já estava desgastada, especialmente o fogão. A expectativa pela doação era evidente, e ela reforçou como a chegada desses novos equipamentos facilitaria o trabalho e garantiria melhores condições para a produção e conservação dos alimentos.

Esse fogão que a gente tem aqui já tá muito velho, quase não funciona mais, tá enferrujado em várias partes. A gente tá esperando a doação que disseram que ia chegar, do Banco do Brasil. Eles prometeram doar todo o equipamento pra nossa cozinha: panelas novas, um fogão novo e um freezer também. Com isso, vai ficar bem melhor pra cozinhar e pra guardar os alimentos. (fala da entrevistada P1)

Pouco tempo depois, chegaram as demais mulheres que atuam na cozinha e haviam se disponibilizado para a entrevista. Ao todo, foram entrevistadas cinco mulheres, com idades entre 28 e 65 anos, todas moradoras da Vila dos Milagres há pelo menos duas décadas. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado e foram conduzidas separadamente, no espaço da sala de estar da casa de P1.

A partir de suas narrativas, foi possível compreender que a Cozinha Solidária da Vila dos Milagres surgiu em um cenário de urgência e necessidade, após as fortes chuvas que assolaram o Recife nos meses de maio e junho de 2022. Os deslizamentos de terra provocados pelo temporal resultaram em muitas mortes, além de deixarem muitas pessoas desalojadas e causarem a destruição de inúmeras casas em muitas comunidades e bairros da cidade. Segundo uma das entrevistadas, a comunidade da Vila dos Milagres foi uma das mais impactadas.

(...) aqui na Vila dos Milagres foi um dos lugares mais atingidos pela chuva, por causa da barreira, né? Morreram 17 pessoas e muitas perderam suas casas. A água levou tudo e o que ficou, ficou cheio de lama. (fala da entrevistada P3).

Outra entrevistada relatou que, antes desse desastre, a Campanha Mãos Solidárias já havia chegado na comunidade e a vizinhança já tentava estruturar um banco de alimentos, mas ainda carecia de vários equipamentos para que fosse possível viabilizar o preparo das refeições no local. Entretanto, diante do desastre causado pela chuva e da grande quantidade de pessoas da comunidade que perderam tudo, a necessidade de estruturar a cozinha tornou-se urgente.

A cozinha aqui nos milagres já tava começando a se formar. Já tinha o banco de alimentos, mas ainda faltava muita coisa pra poder cozinhar aqui... não tinha as panelas, o fogão, não tinha nada pra cozinhar de verdade. Aí quando começou as chuvas e teve o deslizamento da barreira... foi um desastre. Muita gente perdeu casa, perdeu parente, perdeu tudo que tinha. Foi aí que a gente viu que precisava da cozinha, a gente se juntou e correu pra conseguir o que precisava pra montar esse espaço aqui. A gente viu que a ajuda tinha que vir da gente mesmo. (fala da entrevistada P2).

Nas fotos a seguir, tiradas após as entrevistas no terraço situado acima da cozinha, é possível visualizar a barreira mencionada nos relatos. As entrevistadas fizeram questão de me

levar até o terraço para que eu pudesse ver a barreira de perto e registrá-la em fotos, e também para me mostrar a extensão da comunidade, que é maior do que eu inicialmente acreditava ser. Elas queriam que eu visse as ruas de onde as pessoas descem para buscar as marmitas, destacando a distância que muitos percorrem.



Fonte: acervo pessoal da pesquisadora.

Todas as cinco entrevistadas relataram que se envolveram com a cozinha comunitária desde o início, aderindo à iniciativa assim que a ideia surgiu, em resposta aos desastres causados pelas chuvas.

Eu entrei desde o começo, ajudei a buscar as coisas que vieram das doações e a subir com elas até aqui. A gente viu que precisava se ajudar, né? Não tinha como ficar daquele jeito não. (fala da entrevistada P4).

Segundo os relatos, a ideia de montar a cozinha foi trazida para a comunidade, diante do acontecimento das chuvas, através de P1, a quem algumas chamaram de “líder”. Esta, no entanto, afirmou que não havia nenhuma líder, que todas participavam da cozinha da mesma maneira. A motivação principal relatada foi a necessidade urgente naquele momento de ajudar as pessoas que tinham perdido seus pertences e tinham ficado sem condições - tanto financeiras quanto emocionais - de preparar suas próprias refeições. Assim, o movimento começou de forma espontânea: uma chamou a outra, que chamou mais uma, e elas começaram a montar a cozinha.

Assim que surgiu a ideia da cozinha, quando *nome omitido* veio falar comigo, eu já quis ajudar. Tinha muita gente com a casa destruída,

sem comida, sem dinheiro. A gente fez o que pôde pra dar um mínimo de alívio. (fala da entrevistada P2).

Esses relatos evidenciam como a cozinha da Vila dos Milagres surgiu em uma dinâmica semelhante à da própria Campanha Mãos Solidárias. Em ambos os casos, uma catástrofe coletiva – a pandemia, no primeiro, e as chuvas, no segundo – expôs a ausência ou a insuficiência da atuação estatal, levando a sociedade civil a se mobilizar por meio de iniciativas autogestionadas. Diante da emergência e da vulnerabilidade extrema, em que a população ficou sem meios para garantir sua própria subsistência, essas mulheres encontraram na ação coletiva uma forma de resistência e solidariedade, criando uma rede de apoio mútuo para amparar suas famílias, seus vizinhos e toda a comunidade.

Quando perguntei se apenas elas atuavam na cozinha, todas confirmaram que sim. Explicaram que o núcleo principal, ou seja, o grupo que estava sempre presente e diretamente envolvido nas atividades da cozinha, era formado por elas cinco. Algumas mencionaram que, em certos momentos, mais duas ou três vizinhas também ajudavam, mas de maneira mais esporádica e sem um compromisso contínuo.

Em seguida, perguntei às entrevistadas o que pensavam sobre o fato de serem apenas mulheres à frente da cozinha. As respostas, de forma geral, refletiram um senso de naturalidade em relação à predominância feminina nesse espaço. Para algumas delas, a presença quase exclusiva de mulheres não era vista exatamente como um problema, mas sim como um reflexo da realidade que vivenciam em suas casas e da própria comunidade.

Mulher é que cozinha, né? Desde sempre foi assim. A gente já cuida da comida em casa, então aqui não foi diferente. Quando a gente vê que precisa, já vai fazendo, sem esperar por ninguém. (fala da entrevistada P4).

Na verdade, aqui na comunidade tem muito mais mulher mesmo. Muita mãe solo. A maioria tem que dar conta da cozinha sozinha, então a gente já tá acostumada a se virar, e na hora de ajudar o outro, não é diferente. (fala da entrevistada P3)

Esses relatos demonstram como, em certa medida, a presença feminina na cozinha é vista com naturalidade pelas entrevistadas. Além disso, também dialogam diretamente com a reflexão apresentada no primeiro capítulo, a respeito do longo processo de condicionamento social que atribuiu às mulheres a responsabilidade majoritária pelas tarefas domésticas.

Conforme visto, esse processo resultou na naturalização e invisibilização das atividades realizadas no âmbito doméstico, tornando-as quase imperceptíveis enquanto trabalho.

Como apontam Ferreira e Wayne (2018), entre essas atividades, o domínio da culinária se consolidou como uma das exigências centrais, reforçando a ideia de que cozinhar seria uma habilidade inerente às mulheres. Tradicionalmente, recaiu sobre elas a responsabilidade pela alimentação, especialmente no que se refere às refeições no contexto familiar e cotidiano. Neste sentido, a cozinha não apenas se tornou um lugar predominantemente ocupado pelas mulheres, mas também passou a representar a materialização de um sistema de desigualdades de gênero que as confinou ao âmbito doméstico e naturalizou sua relação com esse espaço e as funções a ele associadas.

Em consequência disso, nas cozinhas, as mulheres são frequentemente percebidas como “não profissionais”, pois seus conhecimentos e habilidades são interpretados através de um viés biológico, construído ao longo do tempo a partir de condicionantes sociais. Por isso, o ato de cozinhar, para as mulheres, é entendido como um saber adquirido por meio da experiência, naturalizado ao longo do tempo, mas sem o devido reconhecimento como trabalho legítimo (Ferreira; Wayne, 2018).

Essa lógica se reproduz na cozinha solidária, que, por se tratar de um espaço comunitário, não profissional e sem fins lucrativos, voltado para o preparo diário de refeições, mantém suas atividades intimamente atreladas à noção de cuidado e à garantia das necessidades básicas. Como resultado, e conforme demonstram os dados empíricos, as mulheres predominam nesses espaços, o que reflete a associação entre trabalho de reprodução social e a feminização do cuidado.

Ao aprofundar mais essa temática nas entrevistas, um aspecto marcante destacado pela maioria das entrevistadas foi a expressiva presença feminina na Vila dos Milagres. Muitas ainda enfatizaram que, além de a comunidade ser composta majoritariamente por mulheres, grande parte delas eram mães solo, assumindo sozinhas a criação dos filhos na ausência paterna.

Aqui na comunidade o que mais tem é mãe solteira com seus filhos. E aqui é muito raro você ver uma mãe só com dois filhos, viu? A maioria tem uns quatro, cinco, seis filhos. (fala da entrevistada P2).

Essa dinâmica adiciona uma camada a mais de complexidade nas reflexões apontadas no primeiro capítulo, ao passo em que reflete uma realidade crescente no Brasil: a maternidade solo. Segundo a pesquisa *Composição Domiciliar e Óbitos Informados*, divulgada pelo IBGE em 2022, as mulheres são responsáveis por 86,5% dos domicílios em que há um adulto criando filhos sem cônjuge, enquanto os homens representam apenas 13,5%. Ao todo, o país tinha 11,9 milhões de lares nessa configuração, sendo que, em 10,3 milhões deles, a pessoa de referência da família era uma mulher. Além da disparidade na responsabilidade pela criação dos filhos, há também uma naturalização do abandono paterno (Borges, 2020), o que intensifica a sobrecarga das mães solo.

A desigualdade na distribuição dos papéis de cuidado entre homens e mulheres tem raízes profundas nas construções sociais que vinculam a criação e socialização dos filhos quase exclusivamente às mulheres. Sobre essa divisão desigual na sociedade brasileira, Heleieth Saffioti explica:

Não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade brasileira. (...) A identidade social da mulher, assim como a do homem, é constituída através da distribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. (Saffioti, 1987, p.8).

No contexto da comunidade dos Milagres, observa-se ainda uma realidade particular que agrava essa desigualdade: muitas mulheres, além de serem mães solteiras, dependem exclusivamente de auxílios governamentais como o Bolsa Família para o sustento delas e de seus filhos, uma vez que não trabalham fora. Ou seja, diferente do que foi discutido no primeiro capítulo — em que as mulheres, ao ingressarem no mercado de trabalho, acabam acumulando a dupla jornada de trabalho remunerado e cuidado doméstico —, aqui, a precariedade das condições de vida é tamanha que muitas sequer têm a oportunidade de trabalhar fora.

A ausência da figura paterna, a falta de um núcleo familiar com quem contar para apoio e a escassez de políticas públicas eficazes que possibilitem o acesso dessas mulheres a

creches ou suporte no cuidado com seus filhos tornam quase impossível que essas mulheres busquem um emprego formal. Entre as cinco entrevistadas, quatro relataram vivenciar essa realidade. Sem alternativas, elas se veem obrigadas a dispor de todo o seu tempo para o cuidado dos filhos, o que limita sua inserção no mercado de trabalho e impossibilita a continuidade dos estudos, perpetuando um ciclo de dependência e limitando suas possibilidades de autonomia.

Uma delas, mãe solo de três filhos, relatou:

É muito difícil fazer qualquer coisa fora daqui. Não posso deixar eles sozinhos. Meu filho é autista, tem quatro anos e precisa da minha atenção o tempo todo. Quando eu preciso muito sair, eu peço para minha mãe ficar com eles, mas é o único apoio que eu tenho. E mesmo assim, tem que ser uma saída rápida, porque ela não tem condição de ficar correndo atrás de menino. (fala da entrevistada P3).

Das cinco entrevistadas, apenas P1 relatou possuir um trabalho remunerado. Entretanto, é relevante mencionar que ela era a única casada e com filhos já adultos, o que pode explicar sua situação diferenciada. Uma fala dessa participante, ainda a respeito da predominância feminina na cozinha solidária, chamou a atenção:

Aqui só tem mulher, porque na verdade, hoje em dia é a mulher que tá fazendo tudo, né minha filha? Se você olha para os espaços que estão sendo ocupados, nos cursos, nas atividades... É tudo mulher que tá fazendo. Quem tá arregaçando as mangas e indo pra luta é a gente (fala da entrevistada P1).

Essa fala possivelmente reflete o fato de P1 ter revelado ser a mais envolvida nas atividades do Mãos Solidárias. Assentada do MST, ela relatou que já participa dos movimentos do grupo há muitos anos, o que contribuiu para sua formação política e seu engajamento ativo. Seu discurso demonstrou não apenas uma percepção crítica sobre a realidade social, mas também uma valorização do papel das mulheres na construção de alternativas coletivas.

Além disso, sua fala evidencia como, mesmo em uma sociedade estruturada pela divisão entre trabalho produtivo e reprodutivo, onde as atividades ligadas à manutenção da vida são historicamente desvalorizadas — como discutimos no primeiro capítulo —, as

mulheres têm criado e ocupado espaços de articulação política e de resistência. A cozinha solidária é um exemplo concreto desse processo, um espaço constituído majoritariamente por mulheres, onde o ato de cozinhar, advindo de suas próprias experiências domésticas, acaba se transformando em uma ferramenta de luta contra várias injustiças sociais.

Embora a presença masculina nas atividades da cozinha tenha sido pouco mencionada nos relatos, algumas entrevistadas mencionaram que os homens ocasionalmente ajudam em tarefas específicas. Eles costumam ajudar, por exemplo, no transporte das doações, carregando alimentos dos carros estacionados até a cozinha, ou quando os caminhões do PAA entregam grandes quantidades de alimento, ocasião em que os homens ajudam a descarregar e levar os mantimentos até o local. No entanto, o preparo dos alimentos e a gestão cotidiana da cozinha foram sempre indicados como sendo responsabilidades delas.

Tem muitos que não ajudam não. Mas tem uns que ajudam às vezes. Quando a gente tava montando a cozinha, que teve que parar o carro lá embaixo e subir com as coisas pesadas, aí foram os homens que trouxeram. (fala da entrevistada P4).

Essa participação pontual dos homens reflete o conceito de divisão sexual do trabalho (Hirata, Kergoat, 2007) abordado no primeiro capítulo, na qual certas tarefas são socialmente vistas como “naturais” para as mulheres, como cozinhar, enquanto outras, que demandam maior esforço físico, são associadas ao papel masculino. Observa-se que as mulheres continuam sendo responsabilizadas pelas atividades associadas ao ambiente doméstico e ao cuidado, enquanto os homens assumem um papel secundário, contribuindo de forma esporádica ou oferecendo uma “ajuda” em tarefas que, socialmente, não lhes são designadas.

Desta forma, embora a maioria das participantes entrevistadas tenha expressado insatisfação por não conseguirem trabalhar fora de casa devido às responsabilidades com os filhos e a casa — demonstrando um incômodo com o papel que lhes é imposto —, o fato de se referirem à participação masculina na cozinha como uma “ajuda” reforça a assimetria entre os papéis de gênero e, em alguma medida, uma naturalização dessa desigualdade.

Um aspecto que se destacou muito nas entrevistas foi o entusiasmo das participantes em relação aos cursos e formações oferecidos pelo Mãos Solidárias. O primeiro deles foi o

curso de formação de agentes de saúde, para o qual foram incentivadas a se inscrever já na inauguração do banco de alimentos na comunidade.

Quando a gente começou o curso de agente de saúde, eu fiquei meio sem saber o que esperar, mas no fim, acabou me surpreendendo. Não só pelo conhecimento que a gente ganhou, mas porque também me senti mais confiante pra ajudar aqui na cozinha. (fala da entrevistada P2).

No começo eu não queria ir não, foram elas que me empurraram. Mas depois foi muito bom. A gente aprendeu muita coisa e hoje eu quero é que tragam mais cursos pra gente fazer. (fala da entrevistada P4).

Desde então, elas participaram de outras formações e enfatizaram a importância dessas oportunidades de aprendizado. Uma das entrevistadas destacou que, apesar de já ter experiência na cozinha, a participação em um dos cursos oferecidos pelo Mãos Solidárias trouxe novos conhecimentos e a permitiu enxergar a cozinha de outra forma.

Olha, eu sempre cozinhei, né? Desde menina, mas nunca tinha parado pra pensar em certas coisas. Depois que fiz esse curso, aprendi muita coisa que nem imaginava! Tipo, como lavar os alimentos do jeito certo, a importância de separar as coisas, como evitar desperdício... Até a forma de armazenar ... Antes, a gente fazia do jeito que sempre fez, mas agora eu vejo como detalhes fazem diferença. E é importante, né? Porque a gente tá cozinhando pra um monte de gente, então tem que ser bem feito. (fala da entrevistada P5).

O curso mencionado pela entrevistada é o *Curso de Boas Práticas de Alimentação e Manipulação de Alimentos*, realizado em 2024 por meio de uma parceria entre o MST, a Prefeitura do Recife e a Fiocruz-PE. Ministrado por nutricionistas, o curso foi voltado para as pessoas que atuam nas cozinhas do Mãos Solidárias e teve como objetivo ensinar técnicas de higiene, armazenamento e preparo seguro dos alimentos, garantindo refeições mais saudáveis e seguras para as comunidades.

Um aspecto que me chamou a atenção no relato anterior foi o entusiasmo de P5, que, sendo a integrante mais velha do grupo, demonstrou grande satisfação em estar tendo a possibilidade de adquirir novos conhecimentos. Sua experiência no curso pareceu reforçar sua confiança na capacidade de continuar aprendendo. Além disso, sendo também a única

analfabeta entre as participantes, P5 mencionou, em uma de suas falas, que aguardava ansiosamente pelo curso de alfabetização que, segundo ela, havia sido prometido pelo Mãos Solidárias.

Para além de P5, outras entrevistadas também mencionaram a experiência do curso de boas práticas de alimentação em seus relatos, destacando o impacto positivo da formação e expressando a alegria de participar da cerimônia de entrega dos certificados. Realizada em um auditório da Fiocruz, a cerimônia foi um momento de grande valorização para essas mulheres, que relataram se sentir “as estrelas do dia”.

A partir dessas narrativas, pode-se afirmar que a cozinha solidária tem se revelado um espaço importante para o desenvolvimento de novas habilidades e conhecimentos para essas mulheres, possibilitando o seu acesso a cursos e formações que, de outra forma, poderiam estar fora de seu alcance. Mais do que isso, a cozinha também contribuiu para o fortalecimento da autonomia e sociabilidade dessas mulheres, elevando sua autoestima, promovendo um maior senso de pertencimento à comunidade e reafirmando o valor de suas experiências e saberes.

Quando questionadas sobre se consideravam sua atuação na cozinha uma forma de cuidar de sua comunidade, as entrevistadas foram unânimes em afirmar que sim. Seus relatos evidenciaram que preparar e distribuir refeições para aqueles que enfrentam dificuldades vai além de garantir a subsistência básica: trata-se de um ato de afeto, solidariedade e compromisso com o bem-estar coletivo.

Com certeza. Cozinhar aqui não é só sobre preparar comida, é sobre ter certeza que ninguém da comunidade passe fome. A gente cuida uns dos outros, do jeito que pode. (fala da entrevistada P4).

Quando a gente entrega uma marmita, a gente tá entregando mais do que comida. A gente tá dizendo: ‘olha, você não tá sozinho, a gente se importa’. Porque fome dói, mas pior ainda é sentir que ninguém liga pra você. (fala da entrevistada P5).

Essas falas levantam um aspecto muito importante para a pesquisa. Muitas vezes, a alimentação é compreendida como a simples satisfação de uma necessidade fisiológica relacionada à própria natureza humana: a ingestão de energia e nutrientes suficientes e adequados para a sobrevivência física. No entanto, ao pensar desta forma, negligencia-se

outra dimensão igualmente crucial da alimentação: os afetos e as relações que permeiam esse ato cotidiano.

A fala de P5, por exemplo, ao afirmar que “a gente tá entregando mais do que comida”, reforça a concepção de cuidado apresentada por Hirata (2016). Para a autora, o cuidado envolve um conjunto de práticas, tanto materiais quanto psicológicas, que atendem às diversas necessidades dos outros, sendo indispensáveis para a manutenção e reprodução da vida ao integrar o cuidado físico e emocional. Essa definição destaca que o cuidado não se limita a uma tarefa prática, mas constitui uma dimensão essencial da condição humana, integrando tanto a assistência concreta quanto o suporte afetivo.

Se considerarmos o ato de cozinhar como uma forma de cuidado, veremos também a importância que ele assume nas relações humanas. Mais do que garantir o sustento biológico, preparar uma refeição envolve um investimento de atenção e afeto, tornando-se um gesto carregado de significado. Por essa razão, podemos dizer que a cozinha solidária, enquanto espaço de elaboração dos alimentos, e as mulheres, que assumiram essa responsabilidade, desempenham um papel muito significativo na vida daqueles que recebem essas marmitas. Elas transformam ingredientes em refeições que não apenas nutrem o corpo, do ponto de vista biológico, como também proporcionam uma dimensão afetiva importante, transmitindo carinho, acolhimento e fortalecendo laços sociais.

Em outro momento da entrevista, P5 reforçou uma frase que destaca a profunda rede de cuidado e afeto existente por trás de cada marmita, que transcende o simples gesto de alimentar:

Porque a gente também tá mostrando esperança né? Eu acho que a gente entrega esperança junto com a comida. (fala da entrevistada P5).

A partir dos relatos coletados nas entrevistas e do estudo teórico desenvolvido no primeiro capítulo deste trabalho, podemos compreender que a presença e a atuação dessas mulheres nas cozinhas solidárias está diretamente ligada a uma atribuição histórica e social: o preparo dos alimentos é uma responsabilidade que lhes foi imposta pelo simples fato de serem mulheres. Esse fator as conduz a esse espaço de cuidado com suas comunidades — um cuidado que se manifesta através da produção e distribuição de refeições. Diante disso, à

primeira vista, pode parecer que essas cozinhas são uma mera reprodução das práticas tradicionais associadas ao trabalho feminino, reforçando a divisão sexual do trabalho que naturaliza a associação entre mulheres e a esfera do cuidado.

No entanto, se olharmos sob outro ponto de vista, é possível perceber que a cozinha solidária também representa uma ressignificação dessas práticas. Se antes o cuidado era restrito à esfera privada e doméstica, nessas cozinhas ele se torna coletivo e compartilhado, promovendo um espaço de sociabilidade, autonomia e valorização para essas mulheres. Esse processo ecoa a análise de Federici a respeito dos arranjos comunais, quando a organização coletiva do trabalho permitia formas de subsistência baseadas na cooperação, através da partilha de responsabilidades e saberes, especialmente para as mulheres.

Além de incentivar as tomadas de decisão coletivas e a cooperação no trabalho, as terras comunais eram a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina. (...) A função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram mais dependentes das terras comunais para a subsistência, a autonomia e a sociabilidade. (Federici, 2017, p. 138).

Desta forma, para além de extrapolar a lógica do “doméstico individualizado” — ao estabelecer uma socialização do trabalho de reprodução tradicionalmente associado ao ambiente privado —, as narrativas das mulheres coletadas a partir das entrevistas também indicam que a cozinha solidária, para elas, abarca múltiplas outras funções para além do fornecimento imediato de comida às pessoas necessitadas. Para elas, a cozinha se torna um espaço de acolhimento, solidariedade, troca de experiências, desabafo, mobilização, formação política e resolução de problemas comunitários.

Diante disso, é possível compreender que o cuidado compartilhado transforma a cozinha solidária em um espaço de organização política e social para essas mulheres. Nela, as mulheres não apenas cuidam de suas comunidades através do fornecimento de refeições a quem delas necessita, mas também se fortalecem enquanto agentes de transformação, reinventando práticas e desafiando estruturas historicamente e culturalmente enraizadas. Ao socializarem o cozinhar, essas mulheres também inventam e experimentam outros modos de vida, tensionando as fronteiras entre produção e reprodução da vida, entre o doméstico e o político, entre o público e o privado; em nome de algo tão elementar quanto fundamental: garantir a alimentação como um direito de todos.

3.4. O impacto da Cozinha Solidária no combate à insegurança alimentar

Durante a realização das entrevistas, surgiram muitos aspectos importantes sobre a relação entre as cozinhas solidárias e o enfrentamento da insegurança alimentar, que desafiaram algumas suposições iniciais da pesquisa. Antes do trabalho de campo, imaginávamos que as pessoas que atuam nas cozinhas e aquelas que se beneficiam delas eram grupos distintos. No entanto, ao aprofundarmos nosso entendimento sobre o projeto, especialmente após a entrevista com o coordenador e ao longo das conversas com as mulheres envolvidas, ficou claro que, em diversos casos, as mulheres que atuam na cozinha também necessitam dos alimentos que são distribuídos.

Essa realidade se revelou em diversos relatos. Por exemplo, algumas entrevistadas compartilharam que, em momentos de necessidade, recorrem à cozinha solidária para solicitar alimentos, como ilustra o depoimento a seguir:

Quando falta alguma coisa lá em casa, eu sei que posso vir aqui na cozinha e pedir a *nome omitido*, que ela vai me dar. Aí ela me dá um saco de arroz, de cuscuz... Ontem mesmo eu tive que vir pedir a ela. É assim que a gente vai se ajudando. Quando eu posso eu ajudo quem precisa também. (fala da entrevistada P3).

Esse relato evidencia como a solidariedade e o cuidado entre as mulheres da comunidade se manifestam em um ciclo de ajuda mútua, onde, além de oferecerem suporte a outras pessoas, elas também recorrem à cozinha quando há necessidade em seus próprios lares. A situação de vulnerabilidade alimentar das próprias mulheres que atuam na cozinha também foi ressaltada em outro relato, no qual uma entrevistada mencionou a prioridade que dá aos filhos, muitas vezes sacrificando sua própria alimentação.

A gente que é mãe sabe que os nossos filhos sempre vão vir em primeiro lugar. A gente pode até ficar sem comer às vezes, ou comer menos, mas eles não. (fala da entrevistada P4).

Além disso, também foi possível perceber que essa ajuda “informal” na cozinha solidária não se restringe às mulheres que atuam diretamente na preparação dos alimentos. P1 apontou que, mesmo quando a cozinha não está distribuindo as marmitas, algumas vizinhas frequentemente aparecem pedindo algum alimento específico de que estejam precisando para complementar alguma refeição.

Sempre vem gente aqui pra pedir alguma coisa, mesmo que a cozinha não esteja entregando as marmitas. E eu sempre dou, né? Se tem alguém passando necessidade a gente sempre ajuda, comida não é pra ficar guardada não. (fala da entrevistada P1).

Essas falas ilustram não apenas a precariedade enfrentada pelas moradoras e moradores da Vila dos Milagres, mas também reforça a rede de solidariedade que sustenta a iniciativa. Mesmo quando ela não está em atividade, a rede de apoio continua operando de maneira informal, garantindo que ninguém fique completamente desassistido, demonstrando um cuidado coletivo.

Quanto aos dias em que a cozinha solidária está ativa, os depoimentos dados pelas entrevistadas demonstraram que a distribuição das marmitas segue uma comunicação comunitária, onde a troca de informações boca a boca é fundamental para garantir que quem precisa saiba que os alimentos serão distribuídos naquele dia. Para tanto, a própria rede de vizinhos se encarrega de disseminar a notícia.

Quando a gente vai distribuir as marmitas, a gente avisa os vizinhos, os conhecidos, e a notícia vai se espalhando pra comunidade. As pessoas começam a descer pra aqui e a gente já vai entregando as marmitas. (...) (fala da entrevistada P3).

Na continuação desse mesmo relato, percebe-se novamente a ênfase no cuidado com as crianças da comunidade, o que reforça o papel das mulheres como cuidadoras não apenas de suas próprias famílias, mas também da coletividade.

(...) A gente tenta dar preferência pras crianças, né? Mas quando acaba, acaba. Muitas vezes não dá pra todo mundo que precisa. (continuação da fala da entrevistada P3).

No entanto, os relatos demonstraram que os desafios são constantes, sendo que nem sempre há comida suficiente para todos. Além da limitação na quantidade de alimentos disponíveis, outro ponto que emergiu das entrevistas foi a qualidade da alimentação na comunidade. Isso foi visível em outro relato, no qual foi possível perceber que, em muitas situações, não se trata de uma ausência total de alimentos (exceto em momentos extremos, como durante as chuvas, quando algumas famílias perderam tudo). Há casos em que as

peessoas têm apenas o mínimo necessário para sobreviver, mas sem acesso a uma dieta balanceada e diversificada, com alimentos mais nutritivos

Nem sempre a pessoa tá completamente sem comida, mas muitas vezes só tem o básico: um cuscuz, um arroz, às vezes um feijão, a mortadela. Mas falta o resto, né? Verdura, fruta... essas coisas mais saudáveis acabam sendo raro na mesa de muita gente. Por isso, nas marmitas a gente sempre tenta colocar alguma verdura. Cenoura, abóbora, chuchu, beterraba... a gente sempre coloca alguma coisa pra equilibrar. Fruta já é mais difícil de conseguir, mas a verdura tá sempre lá. Porque comer bem é importante, principalmente pras crianças, que tão crescendo, né? E precisam de uma alimentação mais completa. (fala da entrevistada P2).

Esse cenário de precariedade alimentar, ilustrado pelo relato onde as opções de alimentos mais saudáveis são escassas, evidencia a *fome oculta* descrita por Josué de Castro. Como relatado pelas entrevistadas, em diversas situações, os moradores da Vila dos Milagres não estão completamente sem comida em suas casas, mas se veem forçados a subsistir com uma alimentação limitada e deficiente em nutrientes essenciais, o que compromete sua saúde a longo prazo. Como Castro (2001) enfatiza, essa fome não é visível de imediato, mas tem consequências profundas e duradouras para os indivíduos afetados.

O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva — da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (Castro, 2001, p. 26).

Além das graves implicações para a saúde, essa situação também coloca em questão a noção de segurança alimentar, abordada no capítulo dois. Se a segurança alimentar consiste, de acordo com a LOSAN, na “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (Brasil, 2006), então boa parte dos moradores da comunidade não se encontram nessa situação. Ainda que essas famílias não tenham seus armários e geladeiras completamente vazios, elas vivem em uma condição de insegurança alimentar, caracterizada

pela falta de regularidade e diversidade na alimentação — o que configura, também, uma violação do direito à alimentação adequada.

Outro ponto fundamental para compreender a insegurança alimentar na comunidade surgiu ao investigar os principais desafios enfrentados pelas Cozinhas Solidárias. O obstáculo mais frequentemente mencionado pelas entrevistadas foi a escassez de doações, corroborando o que já havia sido destacado pelo coordenador da campanha em nossa entrevista. Muitas entrevistadas enfatizaram que a irregularidade na chegada dos alimentos compromete diretamente a continuidade das atividades da cozinha, já que o funcionamento da mesma depende exclusivamente das doações recebidas. Como uma das entrevistadas explicou:

É que aqui a gente só tem como funcionar através das doações, né? É o único jeito de a gente ter os alimentos. Não adianta nada a gente estar aqui, com a cozinha pronta, todo mundo reunido, mas não ter os ingredientes pra cozinhar. (fala da entrevistada P5).

Esse fator, por sua vez, impacta a capacidade das cozinhas de funcionarem como um mecanismo efetivo de combate à insegurança alimentar na comunidade, já que não conseguem garantir o "acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente" (Brasil, 2006). Neste sentido, esses relatos evidenciam a fragilidade estrutural das cozinhas solidárias, que dependem diretamente das doações e, por isso, ficam suscetíveis a oscilações no fornecimento de alimentos. Essa instabilidade compromete a regularidade na produção das refeições e, conseqüentemente, a continuidade da assistência à comunidade.

Nesse mesmo sentido, outra questão recorrente apontada pelas entrevistadas foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que, embora tenha sua importância, gerou opiniões divergentes. Algumas das entrevistadas criticaram a inconsistência do programa, especialmente no que se refere à irregularidade na entrega de alimentos. Como observou uma das entrevistadas:

O problema do PAA é que a gente nunca sabe quando vai chegar mais comida, e nem o que vai vir. Nas últimas semanas, o problema tem sido a proteína. Tem chegado muita pouca carne, e quando chega, é em pouca quantidade. Aí, a gente não consegue fazer as marmitas do jeito que deveria, porque uma refeição completa precisa da proteína, né? (fala da entrevistada P4).

Outra entrevistada reforçou essa preocupação, destacando que, apesar de a cozinha estar relativamente bem abastecida com cestas básicas recebidas por meio de doações — contendo itens como arroz, feijão, batata, óleo e até verduras congeladas —, a falta de proteína se mantinha como o principal obstáculo para a produção das marmitas naquele momento.

Agora mesmo a gente tem tudo aí. Tem muitas cestas básicas de doações que a gente recebeu, com arroz, feijão, cuscuz, tem até verdura congelada também. Só não tem a proteína. (fala da entrevistada P2).

Por outro lado, P1 destacou a importância do PAA, especialmente em relação à sua capacidade de fornecer grandes volumes de alimentos saudáveis, provenientes da agricultura familiar, como macaxeira e batata doce, que são distribuídos em várias comunidades atendidas pelo Mãos Solidárias. Ela reconheceu que, apesar das limitações, o PAA tem sido um apoio essencial para muitas cozinhas, especialmente na oferta de alimentos frescos e nutritivos, fundamentais para a diversidade da alimentação oferecida.

Ainda dentro desse mesmo contexto, surgiram críticas a outros programas governamentais que, embora tenham a intenção de auxiliar, frequentemente impõem exigências que dificultam o acesso ao suporte. P1 mencionou um programa - cujo nome não se recordava - que se oferecia para pagar um determinado valor para cobrir os custos de cada marmita produzida na cozinha. No entanto, para aderir, era necessário cadastrar todos os beneficiários da cozinha, fornecendo nome, CPF e endereço, e isso, segundo ela, gerou muita resistência na comunidade.

Muitas pessoas não queriam dar os seus dados, tinham um certo medo, sabe? Faltava confiança, porque o pessoal ficava com receio de que essa informação fosse usada de alguma forma errada. (fala da entrevistada P1).

Além disso, a mesma participante ainda relatou, com visível frustração, sobre a necessidade de tirar fotos para comprovar que as marmitas estavam sendo, de fato, preparadas e distribuídas. Para ela, essa exigência era não apenas burocrática, mas também desrespeitosa para com as mulheres que atuam na cozinha. Essa situação revela uma vez mais

a incapacidade das políticas governamentais de dar conta de assegurar o direito à alimentação, como buscamos evidenciar no capítulo dois.

A partir das narrativas, conseguimos compreender que a fome no Brasil, agravada pela pandemia, continua sendo um problema estrutural, afetando de maneira mais intensa comunidades em situação de grande vulnerabilidade social, como a Vila dos Milagres. Nesse contexto, a insegurança alimentar não é uma experiência homogênea, mas sim atravessada por marcadores sociais. Entre os moradores do bairro, destacam-se as mulheres, em sua grande maioria racializadas, que enfrentam diferentes níveis de privação alimentar, evidenciando como a distribuição da insegurança alimentar reflete as desigualdades regionais e sociais do país.¹⁰

Dessa forma, os dados empíricos reforçam que, no Brasil, a fome ainda carrega marcadores profundos de localização geográfica, raça e gênero, reafirmando a atualidade das análises de Josué de Castro em sua *Geografia da Fome*, mesmo após mais de sete décadas de sua publicação. A persistência desse cenário demonstra como as desigualdades estruturais ainda moldam o acesso à alimentação no país. Nesse sentido, ganha força a reflexão do autor, sintetizada em sua célebre frase com a qual iniciamos o capítulo dois: “a fome é a expressão biológica de males sociológicos.”

Também foi possível compreender, a partir da pesquisa empírica, que a cozinha solidária, por si só, não se constitui como uma ferramenta que assegure plenamente a segurança alimentar dos moradores da comunidade. Seu funcionamento enfrenta desafios significativos, como a irregularidade das doações e a precariedade dos equipamentos disponíveis para o preparo das refeições. Essas limitações impactam diretamente sua capacidade de operar de forma contínua e de fornecer alimentos com regularidade. Assim, embora tenha ficado evidente, nas entrevistas, que as cozinhas comunitárias desempenham um papel importante no enfrentamento da fome imediata, sua existência por si só não é suficiente para assegurar o acesso regular e contínuo aos alimentos.

¹⁰ A distribuição da insegurança alimentar no Brasil revela desigualdades regionais e sociais. De acordo com os dados da PNAD para 2023, as regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores proporções de domicílios em segurança alimentar, com 60,3% e 61,2%, respectivamente, enquanto o Sul teve a maior proporção, com 83,4%. As disparidades também são evidentes quando se considera o perfil dos responsáveis pelos domicílios. Embora as mulheres sejam a maioria dos chefes de família no Brasil (51,7%), elas predominam nos lares em situação de insegurança alimentar, representando 59,4% desses domicílios. Além disso, a insegurança alimentar é mais comum entre domicílios chefiados por pessoas pardas (54,5%) e com baixa escolaridade, já que 52,7% dos lares em insegurança alimentar têm responsáveis com, no máximo, o ensino fundamental completo.

Por outro lado, é possível inferir que essas iniciativas comunitárias têm sido, em certo sentido, mais eficazes em mitigar os efeitos da insegurança alimentar do que a própria atuação estatal. Isto acontece especialmente porque as cozinhas solidárias proporcionam um suporte que vai além do acesso físico ao alimento. Os relatos demonstraram que o impacto dessas cozinhas transcende a oferta de refeições em seu sentido mais concreto, pois elas também cumprem um papel essencial na construção de laços de pertencimento, de segurança psicológica e de esperança dentro da comunidade.

Além disso, a organização dessas cozinhas tem fomentado redes de apoio mútuo e economia solidária, movimentando recursos tanto internamente, pela mobilização da própria comunidade, quanto externamente, por meio de doações e colaborações. Desta forma, também é possível inferir que essas iniciativas deixam de ser apenas respostas emergenciais ao problema da vulnerabilidade alimentar e se consolidam como espaços de resistência e autonomia comunitária, ampliando seu impacto para além dos projetos que originalmente lhes deram início.

A despeito disso, reitera-se a urgência de políticas públicas mais eficazes, estruturais e sistêmicas para combater a insegurança alimentar no país. Neste sentido, o alerta feito por Josué de Castro, ao analisar a fome como um fenômeno social e político, segue atual, pois a ausência ou insuficiência de medidas efetivas por parte do Estado mantém milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade alimentar.

Esta dramática situação alimentar (...) impõe a necessidade inadiável de uma política alimentar mais efetiva, que não seja apenas de paliativos e de correção das falhas mais gritantes através de programas simplesmente assistenciais. Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação. (Castro, 2001, p. 304).

Dessa maneira, as narrativas coletadas a partir das entrevistas com as mulheres da Cozinha Solidária da Vila dos Milagres evidenciam que as cozinhas solidárias representam não apenas uma expressão significativa da ação comunitária, mas também uma estratégia importante no enfrentamento da vulnerabilidade alimentar. No entanto, à luz dos relatos das participantes e da fundamentação teórica deste estudo, torna-se imprescindível ressaltar que sua existência não deve ser compreendida como um substituto para políticas públicas estruturais e sistêmicas. Pelo contrário, seu papel deve ser reconhecido como complementar a

iniciativas estatais que assegurem o direito à alimentação de forma ampla, sustentável e continuada, reafirmando a necessidade de um compromisso governamental efetivo na construção de soluções duradouras para a insegurança alimentar.



Fonte: acervo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha Mãos Solidárias surgiu no Recife, em 2020, como uma resposta emergencial ao agravamento da insegurança alimentar decorrente da crise sanitária e econômica intensificada pela pandemia de Covid-19. Pouco mais de um ano após seu início, as cozinhas solidárias vinculadas ao projeto começaram a ser implementadas, atuando diretamente em comunidades periféricas da Região Metropolitana do Recife, onde o acesso a alimentos seguros, saudáveis e suficientes ainda representa um desafio persistente. Essas cozinhas foram estruturadas com o propósito de garantir a regularidade alimentar, criando espaços nos quais a própria comunidade pudesse preparar e distribuir refeições a partir dos alimentos disponibilizados pela campanha, assumindo, assim, uma das dimensões centrais do cuidado humano: o cuidado com a alimentação.

Diante desse contexto, a pesquisa propôs-se a investigar a potência dessas cozinhas solidárias enquanto espaços de compartilhamento do cuidado, buscando compreender se elas promovem uma ressignificação das dinâmicas tradicionalmente associadas à esfera doméstica e ao trabalho de cuidado, ao serem transpostas para um contexto coletivo. A unidade de análise da pesquisa foi uma das cozinhas da campanha, localizada na Vila dos Milagres, no Ibura. A partir das experiências observadas em campo, das narrativas das mulheres que sustentam o funcionamento dessa cozinha e do suporte teórico do estudo, foi possível responder, ainda que provisoriamente, às questões inicialmente formuladas.

Um dos questionamentos centrais da pesquisa consistiu em compreender se a participação das mulheres nessas cozinhas reflete ou ressignifica as práticas de cuidado historicamente vinculadas ao ambiente doméstico, ao serem deslocadas para uma experiência comunitária e coletiva. A pesquisa revelou que as cozinhas solidárias do projeto são majoritariamente geridas por mulheres, moradoras das próprias comunidades, que dedicam seu tempo e seus saberes culinários à preparação de alimentos para aqueles que necessitam. Sob essa perspectiva, pode-se argumentar que a responsabilidade pelo preparo das refeições recai sobre elas como uma imposição social baseada no gênero, conduzindo-as a esse espaço de cuidado comunitário. Nesse sentido, à primeira vista, essas cozinhas poderiam ser interpretadas como uma reprodução das práticas tradicionalmente atribuídas ao trabalho feminino, reforçando a divisão sexual do trabalho e a naturalização da relação entre mulheres e a esfera do cuidado.

Entretanto, os dados empíricos revelam um aspecto fundamental desse processo: nas cozinhas solidárias, o cuidado realizado por essas mulheres não é individualizado, mas sim coletivo e socializado. Esse caráter compartilhado transforma essas cozinhas em algo que vai além da simples oferta de refeições, fortalecendo redes de solidariedade e apoio mútuo. Mais do que espaços de preparo de alimentos, elas se tornam centros de articulação comunitária, onde as mulheres se engajam em lutas por suas comunidades, participam de cursos e formações que talvez não acessassem de outra maneira, ganham autonomia, valorizam seus saberes e reconhecem seu papel como agentes de mudança na sociedade. O cuidado compartilhado na cozinha da Vila dos Milagres, portanto, revelou-se um espaço de articulação social, política e afetiva para essas mulheres.

O preparo das refeições, a partilha dos saberes e a organização cotidiana dessas iniciativas demonstram como o cuidado — historicamente invisibilizado e naturalizado como uma atribuição feminina — pode ser ressignificado quando colocado a serviço do coletivo. Ao transformar a cozinha em um espaço de luta e cuidado compartilhado, essas mulheres desafiam a lógica da mercantilização da vida e reafirmam a solidariedade como um princípio fundamental. Esse movimento permite imaginar e experimentar novas espacialidades, novas formas de organização do trabalho e novos modos de se relacionar, centrados na reprodução da vida e no cuidado coletivo, em vez do cuidado isolado e individualizado, como ainda é tradicionalmente concebido. As cozinhas solidárias esboçam possibilidades de superação da separação entre produção e reprodução — e até mesmo da primazia da produção sobre a reprodução da vida.

Neste sentido, a pesquisa traz como contribuição a ideia de que, embora a atividade culinária tenha historicamente sido um elemento-chave na diferenciação de papéis entre os gêneros — evidenciada pelo jargão “lugar de mulher é na cozinha” —, ela também pode se tornar um espaço de negociação identitária e ressignificação dos padrões de gênero. O estudo evidencia que, se foram as mãos femininas que historicamente carregaram o saber relacionado à alimentação, então, por meio da culinária, as mulheres também dominam um território simbólico onde se manifestam relações de cuidado e afeto. Ao transformar alimentos em refeições, elas não apenas garantem a nutrição e a manutenção da vida comunitária, mas também ressignificam o cuidado como um elemento de poder e agência, no qual a capacidade de nutrir e sustentar se transforma em uma forma de resistência. Assim, a

pesquisa mostrou que essas cozinhas são processos que não se encerram no enfrentamento à insegurança alimentar.

Em relação à segunda pergunta que esta pesquisa se propôs a responder — como a atuação das mulheres nas cozinhas do Projeto Mãos Solidárias contribui para o enfrentamento da insegurança alimentar nas comunidades? —, os dados empíricos não permitem afirmar que essas iniciativas constituem instrumentos sólidos e estruturados para combater essa questão de maneira definitiva. Há uma série de limitações que comprometem a continuidade e a efetividade dessas cozinhas, como a irregularidade no suprimento de alimentos, as dificuldades logísticas enfrentadas no dia a dia e a dependência do trabalho voluntário, que por sua natureza está sujeito a instabilidades. Assim, ainda que essas iniciativas representem uma resposta imediata e emergencial à fome, elas não substituem políticas públicas robustas e estruturais para garantir o direito à alimentação.

Além disso, tanto a pesquisa empírica quanto a abordagem teórica alertam para os riscos de um olhar idealizado sobre essas iniciativas. Enfatizar apenas seus aspectos positivos — como o cuidado, a solidariedade e a doação do tempo e do saber das mulheres envolvidas — pode levar a uma romantização das injustiças que, em primeiro lugar, forçaram essas mulheres a se organizarem coletivamente para enfrentar a insegurança alimentar. Não se pode ignorar que essas cozinhas surgem em um contexto de profundas desigualdades socioeconômicas, pobreza estrutural, violações de direitos humanos, abandono paterno e racismo; e que são essas condições que impulsionam as mulheres a assumirem esse trabalho de cuidado comunitário. Assim, reconhecer a importância das cozinhas solidárias não significa desconsiderar as violências e precariedades que as tornaram necessárias.

Diante disso, uma questão fundamental para futuras investigações é se — e de que maneira — seria possível sustentar a coletivização do trabalho reprodutivo sem que ele esteja atrelado a condições de precariedade e necessidade extrema. Como garantir que essas iniciativas não se tornem apenas paliativos para a ausência de políticas públicas, mas sim espaços de transformação social baseados em um reconhecimento consciente das injustiças de gênero, sociais e culturais que atravessam esse tipo de trabalho? O desafio que se coloca é pensar modelos de organização coletiva do cuidado que rompam com a lógica da exploração feminina e da desigualdade estrutural. Em suma, espera-se que a reflexão realizada neste trabalho contribua para aprofundar o debate sobre a construção de novas formas de organização do cuidado e da vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, D. C. DE .. Vamos, sim, falar da fome!. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 3, p. 488–497, set. 2022.
- BARBOSA, L. Os donos e as donas da cozinha. In: FREITAS, Maria Ester, DANTAS, Marcelo (Org.). **Diversidade sexual e trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. 379 p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BORGES GALVÃO, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.9771. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- BRASIL. 2006. Decreto-Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- CARRASCO, Cristina. A Sustentabilidade da Vida Humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). **A Produção do Viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COLLAÇO, Janine Helfst Leicht. Cozinha Doméstica e Cozinha Profissional: Do Discurso Às Práticas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, n. 01, p. 143-171. Jan./Jul. 2008.
- DALLA COSTA, Mariarosa. Community, Factory and School from the Woman's Viewpoint. In: **L'Offensiva: Quaderni di lotta feminista** n. 1. Turim: Musolini Editore, 1972.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE PAULA, Nilson Maciel; ZIMMERMANN, Silvia A. A insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil. **Revista NECAT-Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 10, n. 19, p. 56-67, 2021.
- FAO et al., **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021**. Transforming food systems for 83 food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all, 2021.
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2024. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024** – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, J. W.; WAYNE, L. S. A cozinha das mulheres: de espaço de domesticação ao de empoderamento a partir de saberes e fazeres culinários. **Revista Espacialidades**. v.13, n.1, 2018.

HIRAI, W. G.; ANJOS, F.S. Estado e Segurança alimentar, alcances e limitações de políticas públicas no Brasil. **Revistas Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.6, n. 2; p. 335-353, 2007.

HIRATA, Helena, e Danièle Kergoat. 2007. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa* 37, nº 32: 595–609

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Outras formas de trabalho** - 2022. 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

IZQUIERDO, M. J. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: TITIVILLUS, 1998.

JESUS, J. G., Hoffmann, R., & Miranda, S. H. G. (2024). **Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(4), e281936. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281936>

KERGOAT, Danièle. 2009. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Dicionário Crítico do Feminismo*, organizado por Helena Hirata et al. São Paulo: Editora da Unesp.

MALUF, Renato. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007

MALUF, Renato; Menezes, Francisco. Caderno segurança alimentar. In **Conferências do Fórum Social Mundial**. Porto Alegre, 2000.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MENEZES, Francisco. **O conceito de segurança alimentar: as faces da pobreza no Brasil-Programa de trabalho**. Rio de Janeiro (RJ): ActionAid Brasil, p. 59-112, 1998.

MENNELL, S. **All Manners of Food**: eating and taste in England and France from the middle ages to the present. London: Brasil Blackwell, 1985.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

NAÇÕES UNIDAS. **Food systems summit**. 2021. Disponível em: <https://www.un.org/en/food-systemssummit>. Acesso em: 22. dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: fome zero e agricultura sustentável. 2023a. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>. Acesso em: 22. dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU. **Comentário Geral 12**. Genebra, 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Nova Iorque, 1966. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declarações-e-TratadosInternacionais-de-Proteção/pacto-internacional-dos-direitos-economicos-sociais-e-culturais-1966.html>. Acesso em : 22 jan. 2025.

OXFAM BRASIL. Dignidade, não indigência. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/research/dignity-not-destitution> Acesso em: 19 jan. 2025.

OXFAM. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/tempo-de-cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade/>. Acesso em: 17 set. 2024.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

PETERSEN, Paulo; MONTEIRO, Denis. Agroecologia ou Colapso (1 e 2). *Jornal Outras Palavras*. Publicado em 05/05/2020. Disponível em: [https://outraspalavras.net/crise-brasileira/agroecologia-ou-colapso-1/](https://outraspalavras.net/ crise-brasileira/agroecologia-ou-colapso-1/). Acesso em: 30/11/2024.

PINHEIRO, A. R. DE O.; CARVALHO, M. DE F. C. C. DE .. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 121–130, jan. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 30 ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SILVA, S. P. (2014). A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação (Texto para Discussão, No. 1953). Brasília: IPEA.

SEN, A. (1981). **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon Press.

TAKAGI, Maya. **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia (IE/UNICAMP). Campinas (SP), 2006.

VALENTE, F. L. S. **Inserção de componentes de alimentação e nutrição nas políticas governamentais e na estratégia nacional de desenvolvimento** [relatório final]. Brasília: FAO; 1996

VASCONCELOS, F. DE A. G. DE. **Combate à fome no Brasil**: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição*, v. 18, n. 4, p. 439–457, jul. 2005.

ZANELLO, Vanessa. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos**: Cultura e Processos de Subjetivação. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA (1)

1. Como surgiu a iniciativa Mãos Solidárias? Quais foram os principais fatores que motivaram a sua criação?
2. Como foi o processo de mobilização inicial dos grupos e movimentos envolvidos?
3. Quais os principais desafios enfrentados no processo de organização das cozinhas?
4. Como ocorreu a expansão da campanha para outras comunidades e cidades?
5. Como foi estruturada a participação dos (as) voluntários (as) nas cozinhas?
6. Existe alguma razão para que sejam mais mulheres a participar nas cozinhas?
7. Com que regularidade as cozinhas conseguem manter suas atividades?
8. De que forma a campanha realiza a arrecadação de alimentos e outros recursos necessários?
9. Que desafios ainda precisam ser superados para fortalecer o projeto?

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS (2)

Dados Iniciais:

Idade.

Local onde mora.

Questões:

1. Há quanto tempo você participa da cozinha solidária e o que foi que lhe motivou a se envolver?
2. Quais são as principais tarefas que você desempenha na cozinha solidária?
3. Você percebe uma predominância feminina na cozinha solidária? Por que acha que isso acontece?
4. Na sua opinião, a comunidade valoriza as mulheres que atuam na cozinha solidária?
5. Você já conhecia as demais mulheres que atuam na cozinha solidária? Como é a relação entre o grupo?
6. Você concorda que participar na cozinha solidária é uma forma de cuidar da sua comunidade? Por quê?
7. Quais são os maiores desafios que vocês enfrentam ao atuar na cozinha solidária?